



Relatório
e
Contas da Direcção
e
Parecer do Conselho Fiscal
2012

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos do artigo 35º, nº2 dos Estatutos, convoco para o próximo dia 26 de Março de 2013, pelas 17 horas, no edifício da Rua Gonçalves Crespo, 62, em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária dos Cooperadores desta Sociedade, com a seguinte ordem de trabalhos:

Período de antes da Ordem do Dia:

- 1- Informações da Direcção
- 2- Intervenções de Cooperadores.

Período da Ordem do Dia:

Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção, bem como do Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2012.

Não havendo, à hora marcada, número de Cooperadores que perfaçam o quorum estabelecido no artº 38º dos Estatutos, a Assembleia reunirá uma hora depois, no mesmo local, com qualquer número de Cooperadores.

De acordo com as disposições legais aplicáveis, os documentos relativos à ordem de trabalhos da assembleia podem ser consultados pelos Cooperadores na sede social - Serviço de Atendimento - e na delegação do Porto, dentro das horas normais de expediente, a partir da data da convocatória. Estes documentos podem, também, ser consultados, via Internet, no site da SPA - www.spautores.pt -.

O direito de voto pode exercer-se, de acordo com o artigo 41º dos estatutos:

- pessoalmente
- por representação
- por correspondência

No caso de voto por representação, este pode ser delegado em qualquer outro Cooperador, nos termos do mandato anexo. No caso de voto por correspondência, a carta, dirigida ao Presidente da Assembleia, no envelope RSF, deve indicar expressamente o sentido de voto quanto aos dois pontos da Ordem de Trabalhos.

Lisboa, 11 de Março de 2013

O Presidente da Assembleia Geral



Rui Vieira Nery

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO

SPA ADOPTOU MEDIDAS CONTRA A CRISE
E REFORÇOU O APOIO AOS COOPERADORES
EM NOME DA UNIDADE E DO FUTURO

O ano de 2012, que aqui se analisa e de que se faz o devido balanço, foi já, em consequência da grave crise nacional e internacional, um dos piores que a SPA enfrentou em toda a sua história, devido, designadamente, à acentuada diminuição nas cobranças (queda em 13% comparativamente com 2011) correspondentes aos direitos de quase todas as disciplinas que a SPA representa. Num contexto com esta gravidade, reduziram-se, inevitavelmente, os consumos culturais e, conseqüentemente, a possibilidade de cobrança por parte dos serviços da SPA. De salientar, contudo, que o profundo trabalho de reorganização das Delegações/Execução Pública permitiu que, não obstante o quadro adverso referido, as cobranças neste sector se mantivessem em valores sensivelmente idênticos aos do ano anterior.

Apesar desta realidade adversa, que transcendeu e transcende a capacidade de intervenção da Cooperativa, pode afirmar-se que a SPA adoptou todas as medidas ao seu alcance para conseguir reduzir o impacto da crise estrutural que continuará a afectar Portugal nos próximos anos.

O ano de 2012 foi marcante pelo facto de se ter consolidado o novo sistema de organização e funcionamento das Delegações e por se ter reforçado a operacionalidade do novo sistema informático, com a criação da SPADIGITAL, que abarca todas as ferramentas informáticas com as quais a SPA opera e que são essenciais para a sua modernização, eficácia e operacionalidade.

Em 2012, o Conselho de Administração tentou prever e antecipar todas as situações que pudessem afectar a sua estabilidade financeira e ser lesivos para o interesse dos autores em geral. Todas as medidas adoptadas obtiveram o apoio unânime da Direcção e dos restantes

x

i

Corpos Sociais, no quadro de uma gestão aberta e activamente participada. As contas da Sociedade do ano de 2012 fecharam com um resultado líquido negativo de 493.909€.

Em 2012, deve salientar-se o esforço desenvolvido no sentido da redução dos custos de funcionamento que se reflectem, nomeadamente, na diminuição em 4,1% dos encargos com Fornecimentos e Serviços Externos, destacando-se, neste grupo, uma redução de 37% das Despesas de Representação, de 9% em Vigilância e Segurança ou de 4% em Deslocações e Estadas. Este esforço foi aprofundado através do plano de contenção de despesas que, para além dos exemplos acima referidos, teve, já no início de 2013 os necessários desenvolvimentos.

O ano de 2012 veio também acentuar a degradação das condições de vida da generalidade dos autores portugueses, que passaram a contar com menos encomendas, muito menos espectáculos e a ser penalizados por atrasos cada vez maiores no pagamento da facturação correspondente às suas obras e actuações. Por esse motivo, a SPA viu-se forçada a accionar e a ampliar os mecanismos de apoio assistencial, de forma a poder dar resposta a situações de emergência, que, entretanto, tendem a agravar-se. A SPA, sobretudo nos últimos anos, tem vindo a reforçar esta vertente da sua intervenção, honrando assim os deveres de assistência e solidariedade que decorrem da sua matriz cooperativista. Também por esse motivo, em 2012, foi reforçada a ligação da SPA à Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), estrutura que coordena e tutela o sector a nível nacional. Recorde-se que o sector cooperativo representa mais 5 % do PIB nacional. De referir ainda o alargamento do programa "Autores Mais" a outras valências e benefícios que antes não existiam.

Por outro lado, 2012 foi também um ano de consolidação da presença da SPA no espaço mediático, designadamente através da terceira edição da Gala do Prémio Autores, de mais uma série de



programas na TVI 24 e da presença regular na antena da TSF. Estas emissões na TVI prosseguirão em 2013. Esta visibilidade, que honra o trabalho e a importância social e cultural dos autores, mostrou à opinião pública em geral uma SPA mais moderna, mais eficiente e mais bem preparada para os grandes desafios e perigos representados pela revolução tecnológica em curso. Acentuou-se, em 2012, a necessidade de a SPA estar preparada para encontrar as medidas certas no que se refere ao universo digital.

É sabido que uma SPA credível e prestigiada reforça, naturalmente, a sua capacidade negocial e também a sua influência e aceitação em sectores tão relevantes como as forças policiais ou as magistraturas.

Para o agravamento da situação geral, contribuiu o facto de, em 2012, o governo não ter honrado nenhum dos compromissos assumidos em matéria de produção legislativa, com destaque para os enormes prejuízos causados por não ter avançado a nova Lei da Cópia Privada que, entre outros aspectos, condenou praticamente à inexistência o Fundo Cultural que permitiu à SPA apoiar, durante alguns anos, mais de uma centena de projectos provenientes de diversas áreas criativas. Também nada foi feito no que se refere à prometida Lei Anti-Pirataria e à revisão do Código do Direito de Autor, tendo o governo, em contrapartida, mostrado urgência em ver aprovada uma Lei sobre a Gestão Colectiva, que não se encontrava prevista nem anunciada.

No final de 2012, o Conselho de Administração teve uma audiência com o novo secretário de Estado da Cultura, que prometeu a concretização da Lei da Cópia Privada até final do ano, o que não se verificou. Por esse motivo, a SPA solicitou à AGECOP, cuja presidência exerce, para considerar a possibilidade de interpor uma acção contra o Estado devido aos prejuízos causados pela literal paralisia da Lei da Cópia Privada, continuando essa hipótese totalmente em aberto, dado que não se alteraram os pressupostos fundamentais. A SPA lamenta que o governo continue a agir desta forma com os autores

portugueses, adiando medidas e decisões de importância crucial para a sua sobrevivência.

Entretanto, a SPA manteve contactos regulares com os grupos parlamentares da Assembleia da República, com o objectivo de fazer avançar a nova Lei da Cópia Privada, embora esteja consciente de que a posição da maioria que apoia o governo sobre esta matéria está longe de apontar para uma evolução positiva nos próximos tempos. Quando os interesses dos grandes operadores se sobrepõem aos dos autores e dos artistas, acaba por perder o elo mais fraco e por se confirmar a matriz ideológica de quem decide, em regra a favor dos detentores do poder material.

REFORÇADA E VALORIZADA INTERVENÇÃO NA FRENTE INTERNACIONAL

Em 2012, o facto mais saliente na área das Relações Internacionais foi a eleição da SPA para a Direcção do Grupo Europeu de Sociedades de Autores, com sede em Bruxelas. A SPA passou a integrar um grupo de nove sociedades de dimensão e importância variáveis que desempenham um papel fundamental junto da Comissão Europeia e de estruturas como a CISAC.

À semelhança do que sucedeu nos anos anteriores, a SPA consolidou, também por esta via, a sua posição na cena internacional, fazendo ouvir a sua voz em importantes reuniões da CISAC e do GESAC, e também nas assembleias do CIADLV, cujo Comité Executivo integra. Merece igualmente destaque a intervenção dinâmica da SPA no processo dos Encontros Lusófonos de Sociedades de Autores, estrutura fundamental para se dinamizar a cooperação entre sociedades irmãs ou sociedades congéneres no espaço lusófono. Em 2013 irá ser avaliada a continuidade deste projecto à luz da crise que afecta várias sociedades lusófonas.

Merece destaque o facto de o Maestro António Victorino de Almeida ter sido, por indicação da SPA, o único autor-artista que actuou, no Museu dos Instrumentos de Música em Bruxelas, na abertura da conferência anual do EUObserver, que reuniu vários eurodeputados e representantes de sociedades de autores.

A SPA esteve também presente num encontro com eurodeputados no Parlamento Europeu, para debater aspectos relacionados com a produção de directivas fundamentais para o futuro dos autores e das sociedades que os representam.

Saliente-se que a SPA foi anfitriã, em Abril de 2012, da Assembleia Geral anual do Comité Europeu da CISAC, que trouxe a Lisboa dezenas de dirigentes de mais de meia centena de sociedades de todo o continente, tendo o balanço efectuado pela CISAC sido muito positivo, também pelo modo como a nossa Cooperativa acolheu os participantes e co-organizou o evento, reforçando o seu prestígio internacional.

Destaque, igualmente, para a presença, em Maputo, da SPA nos III Encontros Lusófonos de Sociedades de Autores. A presença foi assegurada pelo administrador Pedro Campos e pelos dirigentes departamentais Vanda Guerra, Alexandre Miranda e Vítor Amorim.

APOIAR OS TRABALHADORES, PREMIAR O MÉRITO, PREPARAR O FUTURO

No que toca à relação com os trabalhadores da SPA, não permitindo a situação económica e social do país efectuar aumentos salariais, insistiu-se no reforço do apoio social, designadamente através do reforço do subsídio atribuído ao CCD (Centro de Cultura e Desporto), que aumentou para o dobro, a preço reduzido, o número de refeições servidas diariamente. Uma vez mais, o tradicional jantar de Natal foi substituído pela distribuição de um cabaz natalício, por ter sido

considerado que esta é forma mais útil e prática de apoiar quem trabalha na Cooperativa.

Entretanto, a Direcção aprovou a remodelação do espaço do antigo bar existente no sétimo andar do edifício-sede para servir mais refeições aos trabalhadores e, eventualmente, também a cooperadores, em moldes a definir.

Por outro lado, foram dados os primeiros passos no processo de reestruturação dos serviços da Cooperativa, que tem como objectivo adequar o Quadro de Pessoal aos grandes desafios tecnológicos, às novas realidades do direito de autor e também às novas circunstâncias criadas pela crise que tanto afecta e condiciona toda a instituição e a sua estabilidade financeira. Esse processo estará concluído antes do final do primeiro trimestre de 2013.

O ATENDIMENTO NA PRIMEIRA LINHA DO CONTACTO COM OS COOPERADORES

Registe-se, entretanto, que o ano de 2012 foi marcado pelo aumento significativo do número de atendimentos efectuados e pelo aumento da qualidade do serviço prestado a esse nível. Sendo esta a primeira linha da relação diária e continuada com os associados e com as suas situações específicas, justifica-se esta aposta e o reforço desta prioridade, tendo-se também em conta que ao Atendimento são apresentadas situações de carência em relação às quais posteriores medidas são tomadas.

Está a Direcção da SPA consciente de que a qualidade e eficácia do Atendimento são fundamentais, tanto na sede como nas Delegações, para agilizar procedimentos e para se criar uma imagem mais moderna, competente e dinâmica de uma instituição que não pode adiar a resposta aos desafios do presente e do futuro e às necessidades dos seus associados, razão de existir de uma instituição

que se aproxima dos 90 anos de existência.

COMUNICAR AINDA MELHOR PARA UNIR OS AUTORES
E PRESTIGIAR A SPA

Em 2012 reforçou-se a aposta numa política de comunicação que passou a ter expressão a partir de finais de 2007, não tendo comparação com nada do que antes foi feito pela SPA neste domínio. Todas as semanas os cooperadores recebem seja por "email", seja através do portal informático da Cooperativa, seja em suporte de papel, nos casos em que tal ainda seja necessário, informação detalhada sobre todos os aspectos relevantes da actividade da SPA, nada sendo subtraído ao conhecimento do universo dos autores que servimos.

Entretanto, foi lançada com êxito a TV Corporativa (Corporate TV), em todos os espaços da Cooperativa, assegurando um volume de informação interna mais dinâmica e moderna. Por outro lado, a nossa presença no "facebook" e em toda a esfera digital intensificou-se, o que explica que a SPA tenha cada mais seguidores e mais jovens nestas plataformas, objectivo que foi alcançado sem qualquer novo encargo material e de pessoal. Falemos de números: passou-se de 80.734 em 2011 para 117.440 em 2012, sendo a média diária de visitantes da ordem dos 800 e a mensal de mais de 16 mil.

Toda esta estratégia de comunicação passou, em 2012 pela presença regular da SPA no espaço televisivo e no espaço radiofónico, designadamente na TVI 24, na TSF e na Gala do Prémio Autores no CCB. A Direcção da SPA tem a convicção de que esta política de comunicação tem contribuído, significativamente, para reforçar a coesão e a unidade dos autores, para fortalecer a sua relação com a cooperativa e para credibilizar e expandir a imagem e o prestígio da instituição, o que é particularmente relevante num gravíssimo contexto de crise económica e social.

APOIAR E DIVULGAR OS CRIADORES **PARA PROMOVER A CULTURA E PORTUGAL**

Aspecto marcante da actividade desenvolvida em 2012 foi o apoio à criação cultural, através do Fundo Cultural, o qual permitiu apoiar mais algumas dezenas de projectos provenientes de diversas áreas de criação. Todavia, o valor disponibilizado para esse apoio foi muito inferior ao de 2011 devido ao facto de a inexistência de uma nova Lei da Cópia Privada ter reduzido quase a zeros a capacidade que a cooperativa tem de apoiar novas candidaturas. Daí a decisão de as deixar suspensas até que o governo honre e cumpra as promessas feitas.

Não obstante as restrições orçamentais que não cessaram de se agravar, o volume de exposições, de colóquios, de sessões de apresentação de obras e de outros eventos culturais não abrandou, tanto na sede como na cidade do Porto, o que significa que a SPA voltou a ser, mais uma vez, um pólo referencial criativo de oferta cultural, não se limitando a funcionar como uma mera empresa de gestão colectiva do direito de autor. Destaque também para os protocolos celebrados e postos em prática por todo o país, o que permitiu reforçar a ligação da SPA às estruturas da sociedade civil e a sua presença na vida colectiva do país, também numa perspectiva de descentralização que não pode deixar de ser salientada e sempre valorizada.

Merecem referência especial a homenagem prestada a Luís Góes, na Câmara Municipal de Coimbra, com a entrega da Medalha de Honra da Cooperativa a título póstumo à sua viúva, a entrega da primeira edição do Prémio Pedro Osório a Jorge Palma, a criação do Prémio Igrejas Caeiro para a área da rádio e a entrega, pela primeira vez, do Prémio António Alçada Baptista de Literatura Memorialística e Autobiográfica a

António Cartaxo. Realce ainda, entre outros eventos, para as homenagens prestadas a Fernando Alvim e a Artur Cruzeiro Seixas, com a respectiva entrega de Medalhas de Honra aos homenageados. Saliente-se ainda, para além da continuidade da cooperação em termos editoriais com a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, a publicação do livro de homenagem a grandes autores que foram cooperadores da SPA, com o título "55 Biografias de Grandes Autores Portugueses".

AUSTERIDADE, RIGOR E SOLIDARIEDADE

Durante o ano de 2012, a SPA bateu-se em todas as frentes pela dignificação do direito de autor e pela afirmação da sua primazia, em matéria de valores de cobrança, em relação aos direitos conexos, que não são nem podem ser vistos como direitos primários.

Foi um ano no qual a SPA se associou ao justo combate de instituições e cidadãos contra a anunciada privatização do serviço público de rádio e televisão, tendo assumido uma visibilidade nesse processo que honra os princípios e valores por que se bate há décadas.

Para além disso, a Cooperativa viu ser consagrada em lei a sua exigência no sentido que os autores fossem equiparados a trabalhadores por conta de outrem em situações de penhora fiscal, o que ficou a dever-se ao esforço legislativo do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Em circunstância alguma se poderá afirmar que a SPA não esteve à altura das responsabilidades impostas pela situação política e social, sempre de forma objectiva e empenhada, em nome dos milhares de autores que representa e do futuro da própria instituição. O ano a que este relatório se refere foi marcado pela austeridade, pelo rigor e pelo realismo, já que a Direcção e o Conselho de Administração estiveram

sempre conscientes de que estamos a enfrentar um dos períodos mais sombrios e dramáticos da já longa história da SPA.

Foi um ano em que se reforçou a significativamente a coesão dos autores em torno da instituição que legitimamente os representa e em que, sem prejuízo da vitalidade democrática da Cooperativa, ficaram reduzidas à sua real dimensão as escassas críticas que em regra se ouvem, movidas por ressentimentos pessoais ou projectos individuais e anacrónicos.

A Direcção reafirma a necessidade de os autores estarem unidos à volta da sua Cooperativa e dos direitos e dos interesses de que dependem a sua carreira, a sua subsistência e o futuro da própria cultura portuguesa. Tudo foi feito, em 2012, para que essa unidade fosse garantida e reforçada e para que os cooperadores tivessem uma participação mais activa na vida da SPA. Foi esse o desígnio da Direcção e do Conselho de Administração que a realidade se encarrega de confirmar.

Nunca confundindo o acessório com o essencial, a Direcção e a Administração reforçaram os mecanismos de solidariedade e apoio em relação a quem deles necessita.

O ano de 2012 foi também um tempo de aposta estratégica na modernidade e no rejuvenescimento da Cooperativa, embora todos tenhamos a consciência de que nesse domínio muito há ainda para ser feito e de que devem ser criadas novas formas de atracção de jovens autores, o que irá ser feito em 2013 e nos anos seguintes, em parceria com entidades que garantam a melhor difusão possível das obras que vão chegar ao público.

Para defender os autores da SPA tudo foi feito em 2012, desde as intervenções junto dos decisores políticos até às acções de formação junto das forças policiais e da magistratura, sempre com a convicção de que o combate pela defesa do direito de autor passa pelos seguintes requisitos e medidas: a criação de uma nova mentalidade dos consumidores, sobretudo numa época de revolução tecnológica

11/2

em que se expande perigosamente a ideia de que os bens culturais são para consumo gratuito, contrariamente ao que sucede com os restantes.

No ano de 2012, em todos os domínios da sua intervenção, a SPA compreendeu, ainda com maior clareza, quais as prioridades que deve definir, quais as apostas que deve fazer, quais as opções de gestão que deve privilegiar, quais os aliados e interlocutores com que deve contar, quais os sacrifícios que terá de fazer e qual o tipo de reflexão em que deve concentrar-se quando pensar no futuro e nas formas de que ele se irá revestir, designadamente em matéria tecnológica, económica e social.

Em 2012, a Direcção e o Conselho de Administração da SPA deixaram bem claro que, sem um suporte legislativo adequado, ninguém poderá pedir aos autores que contribuam para a superação da crise. Este combate foi travado em Portugal e nas instâncias europeias, e assim continuará a acontecer nos próximos anos, tendo a equipa responsável pelos destinos da cooperativa a convicção plena de que é justa e inadiável a luta que está a ser travada, com o apoio de todos. E em nome de todos.

LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA 2013

A grave situação económica, financeira, social e política que Portugal enfrenta não pode deixar de se reflectir de forma evidente e preocupante, na vida da SPA e, naturalmente, naquilo que são as previsões, compromissos e projecções feitas em relação ao ano de 2013 e que encontram expressão no Plano e Orçamento já aprovado pelos Órgãos Sociais.

O quadro que, globalmente, marcou o ano de 2012 evidencia sinais de agravamento em 2013, desde logo porque não se divisam no horizonte nenhuns sinais sustentáveis de retoma e de recuperação.

O verdadeiro "assalto" fiscal a que os Portugueses estão a ser sujeitos irá ter consequências desastrosas para a vida do país em geral e, em particular, para a dos seus agentes culturais, crescentemente privados das condições que lhes permitam criar e difundir as suas obras e encontrar público com um mínimo poder aquisitivo que lhes permita comprar livros, ir ao teatro, ao cinema, ao bailado ou à ópera, assistir a espectáculos musicais ou adquirir trabalhos na área das artes visuais.

Nunca os autores portugueses viveram num clima de tamanha incerteza e de tão acelerado empobrecimento, sendo inevitável que esta realidade condicione severamente a acção da Sociedade Portuguesa de Autores.

No entanto, a Direcção e o Conselho de Administração tudo farão para encontrar e concretizar todas as medidas que permitam, por um lado, mitigar os impactos da violenta crise socio-económica e, por outro, capacitar a Cooperativa para se tornar crescentemente competitiva, para enfrentar, e superar, os enormes desafios que se colocam ao direito de autor.

Uma das medidas, de incontornável importância, reside no processo de reestruturação dos serviços da SPA, já em curso, e que irá permitir otimizar esforços, valorizar competências, apoiar novas funções, separar o essencial do acessório, combater o carácter arcaico de uma empresa que não soube modernizar-se na altura certa e investir na formação dos seus quadros.

Só uma nova estrutura orgânica ancorada numa moderna visão estratégica, que entenda as mutações em curso no domínio do direito de autor, dará à Cooperativa a possibilidade efectiva de enfrentar os desafios do futuro e os aspectos mais penalizadores e desgastantes da crise em curso.

Outro dos pilares de actuação em 2013 é, em linha com o acima referido, a adopção de medidas que garantam a sustentabilidade futura da Cooperativa, actuando simultaneamente ao nível da despesa

e da receita: baixar a primeira e incrementar a segunda. Nesse sentido, já se desencadearam um conjunto de iniciativas que, a seu tempo, darão os necessários frutos.

A conclusão da instalação do sistema SGS, pilar central de uma nova realidade que passou a ser designada por SPADIGITAL, com todas as valências que a informática avançada abarca e dinamiza, permitirá, em 2013, ter serviços mais ágeis, maior eficácia nas respostas, maior capacidade de adequação da SPA à realidade internacional com a qual operamos em rede e também encarar novas oportunidades de negócio que esta ferramenta digital vem colocar ao nosso alcance.

Nesse sentido, será dada especial atenção às realidades vividas por sociedades de gestão colectiva no espaço lusófono, com as quais mantemos relações de cooperação e diálogo e que poderão beneficiar com a utilização destes novos meios que a SPA se encontra agora em condições de disponibilizar, com vantagens materiais e operacionais para todas as partes.

Com esse objectivo, iniciaram-se já contactos exploratórios no final de 2012 que poderão ter expressão ao longo de 2013, o que poderá abrir portas para um novo ciclo da vida da Cooperativa e dos seus horizontes económicos, como forma de encontrar fontes de receita alternativas.

O ano de 2013 vai ser dos piores de toda a história da SPA, porque a indústria musical se encontra em colapso, porque todos os dias fecham portas dezenas de estabelecimentos de restauração e hotelaria e porque o cidadão comum, penalizado por uma feroz política de destruição da classe média, não dispõe de poder aquisitivo para comprar produtos culturais.

Com a exacta noção da gravidade desta situação, que nos alarma e transcende, continuaremos a lutar por aquilo que sabemos ser justo e também pela demonstração, em todos os lugares onde a nossa voz for ouvida, de que a cultura e os seus agentes podem ser determinantes para a criação de mais riqueza, de mais emprego e para o reforço da

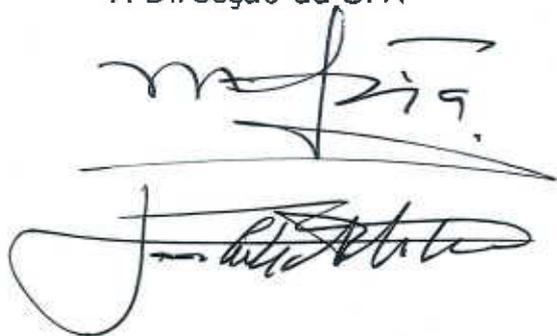
coesão e da identidade nacionais e para a recuperação do nosso prestígio internacional enquanto nação livre e soberana. Também por isso, nunca a unidade dos autores de todas as gerações e disciplinas foi tão decisiva, bem como a capacidade que tiveram de, lugares em que intervêm, deixarem clara a razão que lhes assiste e a importância dos valores por que se batem, que são laborais, cívicos, culturais, de justiça fiscal e de defesa intransigente de um país que vê a sua soberania e o seu futuro gravemente hipotecados.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Direcção propõe que o Resultado Líquido negativo do exercício de 2012, de 493.909 Euros, seja transferido para Resultados Transitados.

Lisboa, 11 de Março 2013

A Direcção da SPA



Actividades Culturais Janeiro a Dezembro de 2012

JANEIRO

Dia 19 – Auditório Maestro Frederico de Freitas – 18h30
Recital da Orquestra Metropolitana de Lisboa - “Quartetos de Mozart”

Dia 19 – Sala Carlos Paredes – 18h00
Inauguração da exposição de fotografia de João Ribeiro, “O Homem e o Seu Olhar: A Magia do Instante”

Dia 25 – Recepção do Edifício da SPA II – 18h30
Inauguração da exposição “Pedro Osório: Que viva a música!”, homenagem ao Maestro Pedro Osório pela sua vida e obra com fotografias de Inácio Ludgero

Dia 27 – Auditório Maestro Frederico de Freitas – 18h30
Sessão “Autores falam de Autores”, com o Maestro António Victorino d’Almeida

FEVEREIRO

Dia 6 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30
Homenagem a Fernando Alvim, com a intervenção de Cristina Branco, António Victorino d’ Almeida e José Jorge Letria

Dia 15 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30
Lançamento do CD do Maestro Álvaro Cassuto e
Sessão “Autores falam de Autores” - Álvaro Cassuto falou sobre Joly Braga Santos

Dia 24 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30
Recital da Orquestra Metropolitana de Lisboa – Música contemporânea para violino solo

Dia 27 - CCB - 21h00
Gala Prémio Autores SPA/RTP 2012

Dia 29 – Sala Carlos Paredes - o dia inteiro

AIC 2012 - Seminário "As Cooperativas e a Economia Social", organizado pela CASES – Cooperativa António Sérgio

MARÇO

Dia 2 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Sessão da Associação Abril - Homenagem ao jornalista Duda Guennes, com Guadalupe Magalhães

Dia 5 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Lançamento do livro de José Caldas, apresentado por António Torrado

Dia 8 - Sala Carlos Paredes - 18h00

Inauguração da exposição "Guerra Colonial – Terrafal 50 anos depois"

Dia 15 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Sessão "Autores falam de Autores" - Jorge Leitão Ramos falou sobre Fernando Lopes

Dia 20 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Sessão do Ciclo "Jaime Salazar Sampaio – A Dramaturgia e as Artes do Espectáculo", dedicada a Luiz Francisco Rebello

Dia 22 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Recital da Orquestra Metropolitana de Lisboa

Dia 24 - Cinema São Jorge - 21h00

Cerimónia da entrega do Prémio Spautores | Vasco Granja – Festival Monstra 2012

Dia 28 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h00

Exibição do filme "O Meu Avô Republicano" de Fernando Matos Silva

ABRIL

Dia 16 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Sessão "Autores falam de Autores" - Ricardo Alexandre falou sobre João Aguardela

Dias 19 e 20 - Hotel Altis

CISAC European Committee

Dia 20 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Sessão da Associação Abril, de inauguração do Festival dos Cravos de Abril, com Isabel do Carmo, José Zaluar Basílio, Francisca Soromenho e João Marecos

Dia 23 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Sessão da Associação Abril – Ciclo Memória e Resistência, “A Crise Académica de 1962 – 50 anos depois”.

Dia 27 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h00

Lançamento do livro “100 Poemas para Albano Martins”

MAIO

Dia 7 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Sessão dedicada à literatura infanto-juvenil, apresentada pelos escritores brasileiros José Santos e Selma Maria que falaram das experiências de intercâmbio entre Brasil e Portugal, na área da literatura infanto-juvenil, enfocando o trabalho do ilustrador Jo Oliveira, da escritora Lucília Garcez, da Professora Susana Ventura, das editoras FTD e Peiropolis e do criador da Turma da Mónica, Maurício de Sousa.

Dia 8 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Apresentação do DVD “Cantares do Povo Português”, de José Barros e Navegante.

Dia 10 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Recital da Orquestra Metropolitana de Lisboa

Dia 14 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h00

Entrega do Prémio “Pedro Osório”, a Jorge Palma, pelo CD “Com Todo o Respeito”, editado em 2011

Dia 15 - Sala Carlos Paredes - 18h00

Inauguração da exposição de fotografias, “Aproximações” e lançamento do livro “As ilhas desconhecidas”, de Jorge Barros

Dia 22 - Sala Carlos Paredes - 18h00

Comemorações do Dia do Autor Português

Dia 28 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Sessão da Associação Abril – Ciclo Memória e Resistência, “Trilhos da Liberdade”, com Amândio Silva, Camilo Mortágua e Manuel Pedroso Marques

JUNHO

Dia 1 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Recital da Orquestra Metropolitana de Lisboa – Trio de violino, flauta e piano

Dia 12 - Sala Carlos Paredes - 9h00 às 13h00

Workshop da CASES – Cooperativa António Sérgio

Dia 14 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Sessão evocativa 50 anos da morte de Marilyn Monroe, com Jorge Leitão Ramos

Dia 18 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Sessão da Associação Abril – Ciclo Memória e Resistência, “Católicos Progressistas”, com vários depoimentos

Dia 20 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h00

Lançamento do livro “Jogo de Janelas”, de Francisco Ceia

Dias 22 e 23 - Voz do Operário - Todo o dia

A SPA participou na “Mostra de Identidade Cooperativa”, onde esteve um stand com material promocional e informativo da nossa cooperativa

Dia 27 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Apresentação do livro “Nova Antologia de Poetas Alentejanos”, direcção de Eduardo M. Raposo e prefácio de Urbano Tavares Rodrigues.

Dia 28 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Sessão do Ciclo “Jaime Salazar Sampaio – A Dramaturgia e as Artes do Espectáculo”, dedicada a um novo conceito de Teatro, “Teatro Rápido”, com o seu impulsionador e criador Alexandre Gonçalves

Dia 29 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Sessão evocativa dos 50 anos de carreira musical de Paulo de Carvalho, com intervenção de José Jorge Letria, Tozé Brito e Ivan Lins. No dia em que também lhe foi atribuída a Medalha de Honra da SPA

JULHO

Dia 9 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Sessão da Associação Abril – Ciclo Memória e Resistência, documentário “Á Procura do Socialismo” de Alípio de Freitas e Mário Lindolfo

Dia 12 - Sala Carlos Paredes - 18h30

Inauguração da exposição “Igrejas Caeiro: O Companheiro da Alegria”, homenagem ao autor, actor, político, homem da rádio e da televisão

Dia 23 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Sessão da Associação Abril – Ciclo Memória e Resistência, passagem do filme “A Fuga” de Luís Filipe Rocha

AGOSTO

Não tivemos actividades.

SETEMBRO

Dia 18 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Sessão “Camilo: um Romântico Moderno”, no âmbito do Ciclo Comemorativo dos 150 Anos da publicação do *Amor de Perdição*, de Camilo Castelo Branco, com Annabela Rita

Dia 27 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Sessão do Ciclo “Jaime Salazar Sampaio – A Dramaturgia e as Artes do Espectáculo”, sob o título “PALCO 13”, pretendeu mostrar que o Teatro está vivo e renovado, com jovens empenhados em lutar contra a indiferença do poder político e dos governantes. A Companhia Palco 13, foi fundada pelo encenador e ator Marco Medeiros juntamente com outros colegas em 2010

Dia 28 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h00

Homenagem ao pintor e poeta Cruzeiro Seixas. A apresentação esteve a cargo do Prof. Rui Mário Gonçalves, historiador de arte, intervindo também na sessão o Professor Doutor António Sampaio da Nóvoa, Reitor da Universidade de Lisboa, e o Dr. José Jorge Letria. A SPA distinguiu o homenageado com a entrega da sua Medalha de Honra

OUTUBRO

Dia 11 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Recital da Orquestra Metropolitana de Lisboa, "Noite Transfigurada", com violino e viola

Dia 24 – Auditório Maestro Frederico de Freitas – 18h30

Sessão evocativa dos 150 anos de nascimento de Auguste Lumière, com Jorge Leitão Ramos

Dia 25 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Sessão do Ciclo "Jaime Salazar Sampaio – A Dramaturgia e as Artes do Espectáculo", sob o título "Dirigir Actores", contou com a presença de dois grandes actores e diretores de actores: Lucinda Loureiro e António Melo que, em conversa informal com o público, esclareceram e explicaram o que é dirigir actores

NOVEMBRO

Dia 5 – Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Lançamento do livro "Fernando Lopes – Um rapaz de Lisboa", da autoria de Jorge Leitão Ramos

Dia 7 - Salão Nobre da Câmara Municipal de Coimbra - 18h00

Homenagem a Luiz Goes, com a atribuição da Medalha de Honra da SPA, a título póstumo

Dia 8 – Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Recital da Orquestra Metropolitana de Lisboa, "Compositores Checos", com violino, violoncelo e piano

Dia 12 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Sessão da Associação Abril – Ciclo de Conferências "RADIOGRAFIAS DO NOSSO TEMPO", cujo tema foi : Pobres e ricos - A "globalização contemporânea" último estágio do capitalismo?, com o Prof. Mário Moutinho

Dia 13 – Teatro Nacional D. Maria II – 19h00

Homenagem a Carlos Avilez - A SPA e a Câmara Municipal de Cascais atribuíram uma peça em prata de homenagem o autor

Dia 16 - Sala Carlos Paredes - 19h00

Inauguração da exposição intitulada "O Poeta da Reportagem: Ryszard Kapuściński (1932-2007)". Na ocasião foram lidos os excertos da obra de Ryszard Kapuściński, pelo actor Álvaro Faria

Dia 22 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Palestra sobre o tema “A Linguagem Musical”, com o Maestro Miguel Graça Moura. Uma divertida abordagem por dentro da música, ilustrada ao piano

Dia 27 - Casa da Música, no Porto - 19h00

Homenagem ao Maestro Álvaro Salazar – a SPA atribuiu uma placa de homenagem ao compositor Álvaro Salazar, ao artista e ao homem

Dia 29 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Sessão do Ciclo “Jaime Salazar Sampaio – A Dramaturgia e as Artes do Espectáculo”, sob o título “Caminhos do Cinema Português”, teve como ponto de partida para o debate, o Festival dos Caminhos do Cinema Português. Estiveram na mesa, o Diretor do Festival, Vítor Ferreira, a programadora Margarida Mateus e Fernando Mateus, jornalista, docente universitário, realizador e produtor de vídeo em cinema e televisão

Dia 30 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Sessão intitulada “A VIRTUDE DE VIVER DA ESCRITA”, um percurso por Monteiro Lobato, Jorge Amado, Érico Veríssimo e Vinícius de Moraes. A sessão foi proferida pela Professora Susana Ramos Ventura

DEZEMBRO

Dia 5 – Auditório Maestro Frederico de Freitas – 18h30

Sessão evocativa dos 25 anos da morte de Carlos Drummond de Andrade, com Leonor Xavier e Numa Ciro

Dia 6 - Auditório Maestro Frederico de Freitas - 18h30

Recital da Orquestra Metropolitana de Lisboa, “Influências da Música Francesa”, flauta, violino, violoncelo e piano

Dia 6 - Sala Carlos Paredes - 18h00

Entrega do Prémio Pro-Autor à Câmara Municipal de Odivelas

Dia 10 – Auditório Maestro Frederico de Freitas – 18h30

Sessão da Associação Abril – Ciclo de Conferências “RADIOGRAFIAS DO NOSSO TEMPO”, cujo tema foi : “O desemprego jovem e as suas consequências”, tendo como participantes elementos do MSE-Movimento Sem Emprego

Dia 12 - Sala Carlos Paredes - 18h30

Entrega dos Prémios do Pen Clube Português para as obras publicadas no ano de 2011

- Poesia

Fernando Guimarães, As raízes diferentes (Relógio d'Água)

Júri: Maria do Sameiro Barroso, Albano Martins, Rita Taborda Duarte

- Ensaio

Maria Filomena Molder, O Químico e o Alquimista. Benjamin, Leitor de Baudelaire (Relógio d'Água)

Júri: Maria João Cantinho, Paula Mendes Coelho, Ricardo Gil Soeiro

- Narrativa

Rita Ferro, A menina é filha de quem? (Dom Quixote)

Júri: Helena Barbas, Artur Anselmo, Fernando Dacosta

- Primeira Obra

Pedro Vieira, Última paragem em Massamá (Quetzal)

Júri: Teresa Salema e todos os outros júris, com especial incidência para o júri da Narrativa.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
E ANEXO**

SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2012	2011 (Reexpresso)
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	6	8.619.829	8.856.546
Propriedades de investimento	7	693.963	717.924
Activos intangíveis	8	1.499.618	1.564.494
Participações financeiras - outros métodos		78	78
Total do activo não corrente		10.813.489	11.139.042
ACTIVO CORRENTE:			
Clientes	10	12.749.710	9.725.478
Adiantamentos a fornecedores	11	1.784.169	1.414.393
Outras contas a receber	12	657.554	500.964
Diferimentos	13	45.968	54.885
Caixa e depósitos bancários	4	29.639.706	33.099.301
Total do activo corrente		44.877.108	44.795.021
Total do activo		55.690.597	55.934.063
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	14	13.364	12.846
Reserva legal	14	80.399	77.024
Reservas estatutárias	14 e 28	1.846.859	2.393.187
Resultados transitados	14	(11.052.958)	(11.406.361)
Outras variações no capital próprio	14	97.875	97.875
Resultado líquido do exercício		(9.014.461)	(8.825.430)
Total do capital próprio		(9.508.370)	(8.472.026)
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	15	984.046	1.058.747
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	16	3.625.648	3.599.965
Total do passivo não corrente		4.609.694	4.658.712
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	11	44.068.769	45.374.882
Clientes, facturas em recepção e conferência	10	13.159.334	11.672.542
Estado e outros entes públicos	17	1.526.378	944.654
Outras contas a pagar	18	1.791.204	1.623.067
Diferimentos	13	43.586	132.232
Total do passivo corrente		60.589.272	59.747.377
Total do passivo		65.198.966	64.406.089
Total do capital próprio e do passivo		55.690.597	55.934.063

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Silva Maria FERREIRA

A DIRECÇÃO

[Assinatura]

SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.

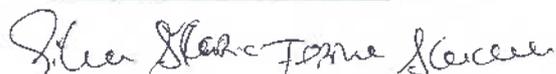
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

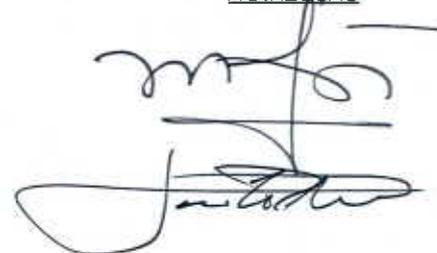
<u>RENDIMENTOS E GASTOS</u>	<u>Notas</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u> <u>(Reexpresso)</u>
Serviços prestados	19	7.311.241	7.327.940
Trabalhos para a própria entidade	8	149.151	266.685
Fornecimentos e serviços externos	20	(1.794.178)	(1.872.153)
Gastos com o pessoal	21	(6.410.484)	(6.368.045)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	12	5.940	(25.610)
Provisões ((aumentos) / reduções)	15	(51.998)	168
Outros rendimentos e ganhos	22	212.484	1.012.007
Outros gastos e perdas	23	(323.765)	(414.963)
Resultado antes de depreciação e de amortização, gastos de financiamento e impostos		(901.608)	(73.971)
Gastos de depreciação e de amortização	24	(613.592)	(610.602)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1.515.200)	(684.573)
Juros e rendimentos similares obtidos	25	1.080.245	1.092.054
Juros e gastos similares suportados	26	(58.954)	(54.077)
Resultado líquido do exercício		(493.909)	353.404

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A DIRECÇÃO



SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital							Total do capital próprio
	Capital realizado	Reserva legal	Reservas estatutárias	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício		
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	12.337	73.784	2.664.662	(12.571.333)	97.875	747.235	(8.975.441)	
Efeito da alteração de política contabilística	-	-	-	417.737	-	-	417.737	
Saldo em 1 de Janeiro de 2011 (reexpresso)	12.337	73.784	2.664.662	(12.153.596)	97.875	747.235	(8.557.704)	
Aumentos	600	3.240	1.659.897	-	-	-	1.663.737	
Diminuições	(91)	-	(1.931.372)	-	-	-	(1.931.463)	
Aplicação do resultado de 2010	-	-	-	747.235	-	(747.235)	-	
Resultado líquido do exercício (reexpresso)	509	3.240	(271.475)	747.235	-	(747.235)	(267.726)	
Saldo em 31 de Dezembro de 2011 (reexpresso)	12.846	77.024	2.393.187	(11.406.361)	97.875	353.404	(8.889.763)	
Aumentos	625	3.375	1.462.616	-	-	-	1.466.616	
Diminuições	(107)	-	(2.008.944)	-	-	-	(2.009.051)	
Aplicação do resultado de 2011 (reexpresso)	-	-	-	353.404	-	(353.404)	-	
Resultado líquido do exercício	518	3.375	(546.328)	353.404	-	(353.404)	(542.435)	
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	13.364	80.399	1.846.859	(11.052.958)	97.875	(493.909)	(9.926.107)	

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Silva João Filipe Soares

A DIRECÇÃO



SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes		31.268.255	35.994.146
Pagamentos a fornecedores		(29.149.570)	(27.559.564)
Pagamentos ao pessoal		(6.391.317)	(6.384.193)
Fluxos gerados pelas operações		(4.272.632)	2.050.389
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		370.004	1.284.418
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		(3.902.628)	3.334.807
Recebimentos/pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		-	45.500
Fluxos gerados de actividades extraordinárias		-	45.500
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>(3.902.628)</u>	<u>3.380.307</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e proveitos similares		1.175.263	994.215
Pagamentos respeitantes a:			
Imobilizações corpóreas		(137.619)	(295.831)
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>1.037.644</u>	<u>698.384</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Aumentos de capital e de reservas estatutárias	14	1.466.616	1.663.737
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e custos similares	26	(58.954)	(54.077)
Reduções de capital e de reservas estatutárias	14	(2.009.051)	(1.931.463)
		<u>(2.068.005)</u>	<u>(1.985.540)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(601.389)</u>	<u>(321.803)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(3.466.373)	3.756.888
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	31.594.301	27.837.413
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	28.127.928	31.594.301

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Alber Ribeiro Frazão Soares

A DIRECÇÃO

[Assinatura]

NOTA INTRODUTÓRIA

A Sociedade Portuguesa de Autores, C.R.L. ("SPA") é uma cooperativa de responsabilidade limitada sem fins lucrativos, com sede em Lisboa e constituída em 1925. Enquadra-se no regime especial previsto na Lei n.º 83/2001, detendo por esta via a natureza de pessoa colectiva da utilidade pública. O seu objecto social é a gestão do direito de autor e a defesa e promoção de bens culturais. A sua actividade principal consiste na administração, em representação dos seus cooperadores, beneficiários e membros de sociedades estrangeiras congéneres, das obras literárias e artísticas de cujos direitos de autor estes sejam titulares.

O quadro jurídico-institucional de funcionamento da SPA apoia-se em termos de legislação nacional no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85 e alterado pelas Leis n.º 45/85, de 17 de Setembro, e n.º 114/91, de 3 de Setembro, Decretos-Lei n.ºs 332/97 e 334/97, ambos de 27 de Novembro, pela Lei n.º 50/2004, de 24 de Agosto e pela Lei n.º 24/2006 de 30 de Junho e pela Lei n.º 16/2008, de 1 de Abril, bem como no Código Cooperativo. Em termos internacionais, a actividade da SPA inscreve-se no âmbito da Convenção de Berna de 1886 e na Convenção Universal de 1952, ambas revistas em 1971.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direcção, na reunião de 11 Março de 2013.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2010, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF") e normas interpretativas ("NI") consignadas, respectivamente, nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de Agosto de 2009, os quais, no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "NCRF".

Conforme referido na Nota Introdutória, a SPA é uma cooperativa de responsabilidade limitada, sem fins lucrativos. Por esse facto, as suas políticas contabilísticas diferem em alguns aspectos daquelas que são definidas no Sistema de Normalização Contabilístico ("SNC"), como segue:

- Para fazer face às responsabilidades com o pagamento de pensões aos cooperadores e cônjuges sobrevivivos (Nota 3.11), a SPA retém comissões de determinados direitos, as quais conforme definido nos seus estatutos (art.º 55º e 56º) são registadas directamente em capital próprio (Notas 14 e 27). Em cada um dos exercícios, aquela reserva é utilizada pelos montantes pagos aos cooperadores e cônjuges sobrevivivos. A responsabilidade anual máxima deste benefício atribuído aos cooperadores da SPA e cônjuges sobrevivivos está limitada a 10% dos direitos de execução recebidos em cada exercício, sendo que o direito ao referido benefício não poderá ultrapassar o limite de 10% e poderá ser proporcionalmente reduzido se o valor resultante da aplicação desta percentagem for inferior ao montante do subsídio a pagar. Nestas circunstâncias, a Direcção e os seus consultores jurídicos consideram que o valor daquelas responsabilidades anuais está limitado ao montante das comissões anualmente deduzidas e afectas àqueles compromissos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Com excepção da alteração referida na Nota 5, as políticas contabilísticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da SPA, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, com excepção do referido na Nota 2.

3.2- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5 - 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros activos fixos tangíveis	6 - 8

As obras de arte e a biblioteca, incluídas nos Outros activos fixos tangíveis, não se encontram a ser depreciadas.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para valorizações do capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário das operações.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

As propriedades de investimento são depreciadas de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante a sua vida útil, estimada em 50 anos.

3.4- Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que se referem a *software*, encontram-se registados ao custo de aquisição e são amortizados pelo método das quotas constantes no período de vida útil, estimado em 8 anos.

3.5- Imparidade de activos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento da SPA com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um activo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse activo pertence.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.6- Activos e passivos financeiros

Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a SPA se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Activos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando:

- Sejam à vista ou tenham maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efectiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Os activos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outras contas a receber;
- Fornecedores;
- Outras contas a pagar.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo, com prazo de vencimento inferior a 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis, com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a avaliação de indícios de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados negativamente.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta é revertida por resultados. A reversão é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”.

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A SPA desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais a SPA reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A SPA desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7- Trabalhos para a própria entidade

Os gastos internos (essencialmente mão-de-obra) incorridos na formação dos activos intangíveis são objecto de capitalização, sendo contabilizados na demonstração dos resultados, na rubrica “Trabalhos para a própria entidade”.

3.8- Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a SPA tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.9- Rédito

O rédito proveniente das comissões da SPA sobre os direitos de autor cobrados junto dos operadores de televisão, de serviços de televisão por subscrição e rádios é registado de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Até 31 de Dezembro de 2011, a SPA registava o rédito destas comissões quando ocorria sua distribuição. Contudo, no seguimento de uma análise efectuada aos contratos efectuados com os operadores de televisão, de serviços de televisão por subscrição e rádio e tendo em atenção os conceitos da NCRF 20 – Rédito, a SPA alterou a política contabilística de reconhecimento do rédito associado àqueles operadores. É entendimento da Direcção que esta alteração proporciona informação financeira mais fiável e mais relevante sobre a actividade operacional da SPA. Nos termos da NCRF 4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros, as demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2011, apresentadas para efeitos comparativos, foram reexpressas, uma vez que nos termos desta norma a alteração de políticas contabilísticas deve ser aplicada retrospectivamente. O impacto desta alteração encontra-se divulgado na Nota 5.

O rédito proveniente das comissões da SPA sobre os direitos de autor cobrados (Área de Letras e Artes, Reprodução Mecânica e Novas Tecnologias) é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício em que é efectuada a sua distribuição, com excepção dos direitos de autor cobrados pela Execução Pública que são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a cobrança efectiva dos direitos.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a SPA e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.10- Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes facturados e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados como activos e passivos.

3.11- Benefícios pós-emprego

A SPA tem as seguintes responsabilidades assumidas:

(i) Compromissos perante empregados

A SPA adoptou como política contabilística para o reconhecimento das suas responsabilidades por pagamento de complementos de pensões de reforma, as disposições da NCRF 28 – Benefícios dos empregados (“NCRF 28”).

Os custos com complementos de reforma foram registados na rubrica “Gastos com o pessoal”, conforme previsto pela NCRF 28, com base nos valores determinados nos estudos actuariais.

Aposentados, pré-reformados e reformados

A SPA assumiu a obrigação construtiva de pagar complementos de reforma aos seus empregados que se encontrem aposentados, pré-reformados e reformados.

Assim, com base num estudo actuarial, elaborado de acordo com métodos e pressupostos actuariais geralmente aceites, foram estimadas as responsabilidades da SPA à data do balanço relevadas na rubrica “Responsabilidades por benefícios pós-emprego” (Nota 16).

Activos

Em conformidade com o art.º 77º do Acordo de Empresa, a SPA assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados no activo, na data da reforma, dois meses de remuneração base, acrescidos das anuidades até então vencidas sem descontos.

Adicionalmente, de acordo com o art.º 76º do Acordo de Empresa, todos os trabalhadores da SPA no activo, com vínculo contratual efectivo, ao atingirem 34 anos de antiguidade de serviço poderão: (i) cessar o contrato de trabalho com uma compensação, no mínimo, de 60% da remuneração base (apenas para os trabalhadores que ingressaram na SPA até 31 de Dezembro de 1979); ou (ii) permanecer ao serviço da SPA com um aumento único de 7% sobre a sua remuneração base (apenas para os trabalhadores que ingressaram na SPA até 31 de Dezembro de 1983).

Estas responsabilidades foram quantificadas, com recurso a um estudo actuarial à data do balanço, tendo as mesmas sido relevadas na rubrica “Responsabilidade por benefícios pós-emprego” (Nota 16).

O estudo actuarial obtido, reportado a 31 de Dezembro de 2012, elaborado por uma entidade independente e especializada, utilizou o seguinte método de cálculo:

- Pensão de Velhice: *Projected Unit Credit*;
- Pré-reformados e aposentados: Valor actual do prémio único de rendas temporárias até aos 65 anos;
- Reformados: Valor actual do prémio único de uma renda vitalícia imediata.

Os pressupostos e bases técnicas e actuariais utilizados foram os seguintes:

Taxa de crescimento salarial	2,5%
Taxa de desconto	3,5%
Taxa de crescimento de pensões	1,5%
Tábua de mortalidade (reformados, aposentados e pré-reformados)	TV 88/90

Número de pensões pagas anualmente 14

(ii) Compromissos perante cooperadores

A SPA assumiu o compromisso de efectuar o pagamento, aos cooperadores e cônjuges sobreviventes que tenham cumprido determinadas condições, de uma quantia equivalente à média dos direitos de autor que lhes tenham sido creditados nos dez melhores anos e metade dessa quantia aos seus cônjuges sobreviventes. Para fazer face a este compromisso, a SPA retém comissões de determinados direitos, as quais conforme definido nos seus estatutos são registadas directamente em capital próprio (Nota 14). Em cada um dos exercícios, aquela reserva é utilizada pelos montantes pagos aos cooperadores e cônjuges sobreviventes.

3.12- Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.13- Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 detalha-se conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Numerário	24.735	23.944
Depósitos bancários	<u>29.614.972</u>	<u>33.075.357</u>
Caixa e depósitos bancários	29.639.706	33.099.301
Depósitos cativos (a)	<u>(1.511.778)</u>	<u>(1.505.000)</u>
Caixa e seus equivalentes	<u>28.127.928</u>	<u>31.594.301</u>

(a) Os "Depósitos cativos" referem-se a depósitos que não se encontram disponíveis para uso. São compostos pelo depósito a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social no montante de 1.505.000 Euros (Nota 29) e um saldo penhorado a favor do Tribunal do Trabalho, ao abrigo de um processo laboral interposto contra a SPA em 2012, no montante de 6.778 Euros.

Os depósitos bancários em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, incluem depósitos a prazo, como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Santander Totta	-	2.000.000
Montepio Geral	2.500.000	2.500.000
BES	2.600.000	1.500.000
Millennium BCP	15.880.000	15.880.000
BANIF	<u>1.000.000</u>	<u>750.000</u>
	<u>21.980.000</u>	<u>22.630.000</u>

Os depósitos a prazo vencem-se num prazo igual ou inferior a três meses ou, nos casos em que o prazo de vencimento é superior àquele período, são imediatamente mobilizáveis sem perda significativa de valor.

5. ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Conforme referido na Nota 3.9, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, a SPA alterou a política contabilística de reconhecimento do rédito proveniente das comissões de direitos de autor cobrados junto dos operadores de televisão, de serviços de televisão por subscrição e rádio. Conforme requerido pela NCRF 4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros, as demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2011, apresentadas para efeitos comparativos, foram reexpressas tendo os seguintes impactos:

Demonstração dos resultados:

	31 de Dezembro de 2011		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
Serviços prestados	7.506.942	(179.002)	7.327.940
Trabalhos para a própria entidade	266.685	-	266.685
Fornecimentos e serviços externos	(1.872.153)	-	(1.872.153)
Gastos com o pessoal	(6.368.045)	-	(6.368.045)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	(25.610)	-	(25.610)
Provisões ((aumentos) / reduções)	168	-	168
Outros rendimentos e ganhos	1.012.007	-	1.012.007
Outros gastos e perdas	(414.963)	-	(414.963)
Resultado antes de dep., amort. e gastos de financiamento	105.031	(179.002)	(73.971)
Gastos de depreciação e de amortização	(610.602)	-	(610.602)
Resultado operacional	(505.571)	(179.002)	(684.573)
Juros e rendimentos similares obtidos	1.092.054	-	1.092.054
Juros e gastos similares suportados	(54.077)	-	(54.077)
Resultado líquido do exercício	532.406	(179.002)	353.404

Balanço:

	31 de Dezembro de 2011		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	8.856.546	-	8.856.546
Propriedades de investimento	717.924	-	717.924
Activos intangíveis	1.564.494	-	1.564.494
Participações financeiras - outros métodos	78	-	78
Total do activo não corrente	11.139.042	-	11.139.042
ACTIVO CORRENTE:			
Clientes	9.486.743	238.735	9.725.478
Adiantamentos a fornecedores	1.414.393	-	1.414.393
Outras contas a receber	500.964	-	500.964
Diferimentos	54.885	-	54.885
Caixa e depósitos bancários	33.099.301	-	33.099.301
Total do activo corrente	44.556.286	238.735	44.795.021
Total do activo	55.695.328	238.735	55.934.063

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em Euros)

	31 de Dezembro de 2011		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	12.846	-	12.846
Reserva legal	77.024	-	77.024
Reservas estatutárias	2.393.187	-	2.393.187
Resultados transitados	(11.824.098)	417.737	(11.406.361)
Outras variações no capital próprio	97.875	-	97.875
	(9.243.167)	417.737	(8.825.430)
Resultado líquido do exercício	532.406	(179.002)	353.404
Total do capital próprio	(8.710.761)	238.735	(8.472.026)
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	1.058.747	-	1.058.747
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	3.599.965	-	3.599.965
Total do passivo não corrente	4.658.712	-	4.658.712
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	45.374.882	-	45.374.882
Clientes, facturas em recepção e conferência	11.672.542	-	11.672.542
Estado e outros entes públicos	944.654	-	944.654
Outras contas a pagar	1.623.067	-	1.623.067
Diferimentos	132.232	-	132.232
Total do passivo corrente	59.747.377	-	59.747.377
Total do passivo	64.406.089	-	64.406.089
Total do capital próprio e do passivo	55.695.328	238.735	55.934.063

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	2012						Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos tangíveis em curso	
Activo bruto:							
Saldo inicial	2.137.500	6.662.500	363.698	1.159.693	756.207	-	11.079.598
Aquisições	-	-	-	123.987	9.487	6.267	139.741
Alienações e abates	-	-	(3.638)	(22.541)	(144)	-	(26.323)
Saldo final	2.137.500	6.662.500	360.060	1.261.139	765.551	6.267	11.193.016
Depreciações acumuladas:							
Saldo inicial	-	755.996	363.698	1.024.612	78.746	-	2.223.052
Depreciações do exercício (Nota 24)	-	251.999	-	102.439	21.166	-	375.604
Alienações e abates	-	-	(3.638)	(21.687)	(144)	-	(26.469)
Saldo final	-	1.007.995	360.060	1.105.364	99.766	-	2.573.187
Activo líquido	2.137.500	5.654.505	-	155.775	665.782	6.267	8.619.829

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em Euros)

2011							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activo bruto:							
Saldo inicial	2.137.500	6.662.500	365.838	151.477	1.097.942	736.825	11.152.082
Aquisições	-	-	-	-	121.235	19.412	140.647
Alienações e abates	-	-	(2.141)	(151.477)	(59.484)	(30)	(213.131)
Saldo final	2.137.500	6.662.500	363.698	-	1.159.693	756.207	11.079.598
Depreciações acumuladas:							
Saldo inicial	-	503.998	365.838	151.477	923.460	58.733	2.003.505
Depreciações do exercício (Nota 24)	-	251.999	-	-	160.596	20.043	432.638
Alienações e abates	-	-	(2.141)	(151.477)	(59.444)	(30)	(213.091)
Saldo final	-	755.996	363.698	-	1.024.612	78.746	2.223.052
Activo líquido	2.137.500	5.906.504	-	-	135.080	677.462	8.856.546

As aquisições de equipamento administrativo, nos exercícios de 2012 e 2011, respeitam essencialmente a servidores e material informático.

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido nas propriedades de investimento, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi como segue:

2012			
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial	197.875	590.000	787.875
Aquisições	-	-	-
Saldo final	197.875	590.000	787.875
Depreciações acumuladas:			
Saldo inicial	-	69.950	69.950
Depreciações do exercício (Nota 24)	-	23.961	23.961
Saldo final	-	93.912	93.912
Activo líquido	197.875	496.088	693.963

2011			
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial	197.875	590.000	787.875
Aquisições	-	-	-
Saldo final	197.875	590.000	787.875
Depreciações acumuladas:			
Saldo inicial	-	45.989	45.989
Depreciações do exercício (Nota 24)	-	23.961	23.961
Saldo final	-	69.950	69.950
Activo líquido	197.875	520.050	717.924

As propriedades de investimento incluem a Casa António Gião, localizada em Reguengos de Monsaraz, e a Casa Rebordão Navarro, localizada na Foz do Douro.

8. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido nos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi como segue:

2012			
	Software	Activos intangíveis em curso	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial	1.232.023	499.307	1.731.330
Aquisições	-	149.151	149.151
Transferências	480.190	(480.190)	-
Saldo final	1.712.213	168.268	1.880.481
Amortizações acumuladas:			
Saldo inicial	166.836	-	166.836
Amortizações do exercício (Nota 24)	214.027	-	214.027
Saldo final	380.863	-	380.863
Activo líquido	1.331.350	168.268	1.499.618

2011			
	Software	Activos intangíveis em curso	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial	1.232.023	76.889	1.308.912
Aquisições	-	422.418	422.418
Saldo final	<u>1.232.023</u>	<u>499.307</u>	<u>1.731.330</u>
Amortizações acumuladas:			
Saldo inicial	12.834	-	12.834
Amortizações do exercício (Nota 24)	154.003	-	154.003
Saldo final	<u>166.836</u>	<u>-</u>	<u>166.836</u>
Activo líquido	<u>1.065.187</u>	<u>499.307</u>	<u>1.564.494</u>

O activo intangível em curso refere-se à fase ainda não concluída dos programas informáticos SGS e SPA Digital, no montante de 19.117 Euros e 149.151 Euros, respectivamente.

9. IMPOSTOS

A SPA está isenta de pagamento de IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, nos termos do disposto na Lei n.º 151/99 de 14 de Setembro.

Com a publicação da Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, a isenção na transmissão de direitos de autor prevista no nº 16 do art.º 9º do Código do IVA, deixou de se aplicar à transmissão e autorização de obras intelectuais quando os titulares sejam pessoas colectivas, mantendo-se apenas para os titulares particulares. Face à alteração legislativa, a SPA passou a ser um sujeito misto de IVA, liquidando o referido imposto nas facturas emitidas aos utilizadores de direitos de autor quando se trate de gestão de obras colectivas. O *prorata* definitivo de 2012 é de 79%. Considerando que a SPA estava a utilizar uma percentagem de 60% a título provisório, efectuou uma regularização a seu favor no montante de 300.796 Euros (Nota 20).

10. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os saldos com clientes tinham a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Saldos devedores:</u>		
Clientes, conta corrente (a)	12.157.100	9.486.743
Valores por facturar (b)	592.610	238.735
	<u>12.749.710</u>	<u>9.725.478</u>
<u>Saldos credores:</u>		
Clientes, facturas em conferência (a)	<u>13.159.334</u>	<u>11.672.542</u>

(a) Os direitos autorais são facturados aos clientes por conta dos autores, sendo a contrapartida dessa facturação registada na rubrica "Clientes, facturas em conferência". Esta rubrica é reduzida pela cobrança dos direitos autorais por contrapartida da rubrica "Fornecedores – Direitos a distribuir" (Nota 11).

(b) Valores por facturar a operadores de televisão, de serviços de televisão por subscrição e de rádio.

11. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os saldos com fornecedores tinham a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Saldos devedores:</u>		
Adiantamentos a fornecedores:		
Autores (a)	<u>1.784.169</u>	<u>1.414.393</u>
<u>Saldos credores:</u>		
Fornecedores - conta corrente:		
Autores (b)	10.516.803	8.592.710
Sociedades estrangeiras (b)	9.251.911	9.462.630
	<u>19.768.714</u>	<u>18.055.340</u>
Fornecedores - Direitos a distribuir (c)	<u>24.300.055</u>	<u>27.319.542</u>
	<u>44.068.769</u>	<u>45.374.882</u>

(a) Os valores incluídos nesta rubrica referem-se a adiantamentos por conta de direitos a distribuir.

(b) Os valores incluídos nestas rubricas correspondem aos direitos já cobrados e pendentes de pagamento aos respectivos titulares.

(c) Direitos já cobrados e pendentes de pagamento, aguardando a identificação dos respectivos titulares.

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de Outras contas a receber detalham-se como segue:

	2012			2011		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Acréscimos de rendimentos - juros	203.448	-	203.448	298.466	-	298.466
Direitos a receber de delegados	491.846	(123.637)	368.209	269.538	(129.577)	139.961
Cauções	73.301	-	73.301	57.437	-	57.437
Outros	12.596	-	12.596	5.099	-	5.099
	<u>781.192</u>	<u>(123.637)</u>	<u>657.554</u>	<u>630.541</u>	<u>(129.577)</u>	<u>500.964</u>

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foram revertidas perdas de imparidade no montante de 5.940 Euros.

As cauções referem-se a valores depositados pela SPA no decurso de processos judiciais de foro laboral interpostos contra a SPA.

13. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de "Diferimentos" registadas no activo e no passivo detalham-se como segue:

	2012	2011
<u>Diferimentos activos:</u>		
Licenças de <i>software</i>	19.187	19.423
Seguros pagos antecipadamente	6.488	11.769
Vigilância paga antecipadamente	8.075	9.095
Outros	12.219	14.598
	<u>45.968</u>	<u>54.886</u>
<u>Diferimentos passivos:</u>		
Fundo cultural AGE COP (a)	<u>43.586</u>	<u>132.232</u>

- (a) O valor de Fundo cultural AGE COP, em 2012 e 2011, respeita aos montantes de subsídio entregues pela Associação para a Gestão da Cópia Privada ("AGE COP"), com fins operacionais, nomeadamente, a atribuição de verbas para desenvolvimento de projectos que forem tidos por convenientes pelos associados. Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, foram atribuídos subsídios a projectos no total de 222.791 Euros e 323.818 Euros, respectivamente.

14. CAPITAL PRÓPRIO

O capital realizado da SPA, de acordo com os respectivos estatutos, é variável, sendo no mínimo de 2.500 Euros. Em 31 de Dezembro de 2012, o capital encontra-se representado por 3.775 títulos, de valor nominal variável entre 0,5 Euros e 5 Euros. As entradas mínimas de capital a subscrever integralmente por cada cooperador são de 25 Euros, representadas por 5 títulos nominativos de 5 Euros cada.

No caso de falecimento de cooperadores, os títulos subscritos serão reembolsados aos respectivos herdeiros, segundo o seu valor nominal corrigido nos termos do n.º 4 do artigo 23º do Código Cooperativo.

Em 31 de Dezembro de 2012, o capital foi aumentado em 625 Euros, representado por 125 títulos nominativos de valor nominal de 5 Euros cada um, totalmente subscrito e realizado em dinheiro, pelos cooperadores admitidos nesta condição durante o exercício de 2012, como segue:

	2012	2011
Saldo inicial	12.846	12.337
Aumentos:		
Admissão de novos cooperadores	625	600
Diminuições:		
Falecimento de cooperadores	(92)	(91)
Outros	(15)	-
Saldo final	<u>13.364</u>	<u>12.846</u>

Reserva legal - O artigo 54º dos estatutos da SPA estabelece que 90% do valor das jóias pagas pelos cooperadores, quando admitidos enquanto tal, têm de ser destinados ao reforço da reserva legal e 90% do valor dos excedentes anuais líquidos têm de ser destinados ao reforço desta reserva. Esta reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos. A Direcção tem optado por aplicar os excedentes líquidos na cobertura dos seus resultados líquidos negativos. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foram admitidos 25 e 24 cooperadores, respectivamente, tendo cada um deles pago uma jóia de 150 Euros.

Reservas estatutárias - Os estatutos da SPA, nos seus artigos 55º e 56º, estabelecem a constituição das seguintes reservas:

Reserva para a educação e formação cooperativa – destina-se a cobrir as despesas com essas actividades, bem como com a formação cultural e técnica dos cooperadores e dos empregados da SPA. Esta reserva constitui-se através das seguintes dotações:

- Dez por cento do valor das jóias pagas e dez por cento dos excedentes anuais líquidos;
- Pelos donativos e subsídios que forem especialmente destinados às finalidades da reserva.

Reserva social - que se destina:

- a assegurar aos cooperadores com idade superior a sessenta anos, que tenham sido admitidos nesta qualidade há mais de cinco anos e o requeriram à Direcção, uma quantia anual vitalícia equivalente à média dos direitos que lhe tenham sido creditados nos dez anos em que esses direitos tenham atingido os valores mais elevados, e metade dessa quantia aos seus cônjuges sobreviventes;
- a conceder subsídios aos cooperadores afectados de invalidez permanente, quando não se encontram abrangidos pela alínea anterior, sendo estes subsídios aprovados pela Administração;
- a contribuir para a cobertura de outros riscos em benefício dos cooperadores.

Estas reservas constituem-se, essencialmente, através das comissões para fins assistenciais cobradas pela SPA que, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, corresponderam a 3% dos direitos de autor cobrados relativos a Representação e 10% dos direitos de autor cobrados relativos a Edição e restantes direitos, com excepção dos direitos de Reprodução Mecânica e Direitos Conexos.

Os aumentos ocorridos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 nas reservas estatutárias resultam das deduções efectuadas ao longo do exercício ao valor dos direitos autorais cobrados, de comissões para fins assistenciais ou culturais, de acordo com o artigo 44º dos estatutos, as quais atingiram nos referidos exercícios os montantes de 1.462.616 Euros e 1.659.897 Euros, respectivamente, e têm a seguinte composição:

	2012	2011
Reserva para fins assistenciais	1.462.241	1.659.537
Reserva para a educação e formação cooperativa	375	360
	<u>1.462.616</u>	<u>1.659.897</u>

Quanto às diminuições, estas apresentam a seguinte composição:

	2012	2011
Direitos creditados a cooperadores e cônjuges sobreviventes (Nota 28)	1.894.549	1.827.108
Reserva para fins culturais (a)	69.286	65.438
Despesas de doença, com funerais, exames clínicos, seguros de vida e de acidentes pessoais de cooperadores	45.109	38.826
	<u>2.008.944</u>	<u>1.931.372</u>

- (a) Nesta rubrica são registadas despesas de diversas naturezas, relativas a manifestações ou eventos culturais promovidos ou participados pela SPA, incluindo as despesas suportadas com as primeiras audições de obras.

Outras variações no capital próprio (doações) - Durante o exercício de 2010, foi doada à SPA a Casa Rebordão Navarro que, com base numa avaliação de perito especializado e independente, foi registada pelo valor de 97.875 Euros na rubrica de "Propriedades de investimentos" (Nota 7) por contrapartida desta rubrica.

Aplicação de resultados de 2010: Na Assembleia Geral de Sócios realizada em 29 de Março de 2011, foi deliberada a transferência do resultado líquido do exercício de 2010 para resultados transitados.

Aplicação de resultados de 2011: Na Assembleia Geral de Sócios realizada em 30 de Março de 2012, foi deliberada a transferência do resultado líquido do exercício de 2011 para resultados transitados.

15. PROVISÕES

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos nas rubricas de provisões foram como segue:

	2012			
	Impostos	Processos judiciais em curso	Outras provisões	Total
Saldo inicial	312.318	640.863	105.566	1.058.747
Aumentos	-	51.998	-	51.998
Reversões	-	-	-	-
Utilizações	(126.699)	-	-	(126.699)
Saldo final	185.619	692.861	105.566	984.046

	2011			
	Impostos	Processos judiciais em curso	Outras provisões	Total
Saldo inicial	439.017	648.363	105.734	1.193.114
Reversões	-	-	(168)	(168)
Utilizações	(126.699)	(7.500)	-	(134.199)
Saldo final	312.318	640.863	105.566	1.058.747

Provisões para impostos

No exercício de 2003, foram inspeccionados os exercícios de 1994 a 2002 em sede de Segurança Social, de que resultaram duas liquidações adicionais datadas de 23 e 24 de Abril de 2004, no total de 1.125.604 Euros, acrescidas de multas e juros no total de 983.924 Euros. A SPA efectuou diligências junto de diversas entidades estatais, no âmbito do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro ("Procedimento extrajudicial de conciliação"), com o objectivo de propor um plano de pagamentos daquela dívida a médio e longo prazo e o perdão de multas e juros. No exercício de 2005, finalizou-se o "Procedimento extrajudicial de conciliação" (PEC) nº 508, pelo qual foram perdoados os juros vencidos e multas acima referidos e acordado o pagamento da dívida e juros vincendos em 150 prestações mensais e iguais desde Agosto de 2005, aplicando uma

taxa anual de 2,5% para o cálculo dos juros vincendos. Em 31 de Dezembro de 2012, a SPA mantém uma provisão, registada na rubrica "Provisões para impostos", relativa a esta dívida no montante de 312.318 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2012, o plano de pagamentos era o seguinte:

Valor a pagar até 2017	182.870
Valor a pagar em 2018	3.049

Valor total da responsabilidade	185.619
	=====

Provisões para processos judiciais

A rubrica "Provisões para processos judiciais" tem como objectivo cobrir responsabilidades relacionadas com a actividade da SPA e foi determinada, pela Direcção, com o apoio dos seus consultores legais, com base na avaliação dos riscos que lhe estão subjacentes.

16. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

De acordo com o estudo actuarial obtido no final de cada exercício, o valor actual das responsabilidades com pensões referente a serviços passados dos seus empregados aposentados, pré-reformados e reformados, e o valor das responsabilidades da SPA no âmbito dos art.º 76º e 77º do Acordo de Empresa, é como segue:

	2012		
	Responsabilidades com pensões	Art.º 76º e 77º do AE	Total
Saldo inicial	3.357.300	242.666	3.599.966
Aumentos	26.990	89.508	116.498
Utilizações (a)	-	(90.816)	(90.816)
Saldo final	3.384.290	241.358	3.625.648

	2011		
	Responsabilidades com pensões	Art.º 76º e 77º do AE	Total
Saldo inicial	4.309.060	289.731	4.598.791
Aumentos	-	17.922	17.922
Reversões	(878.411)	-	(878.411)
Utilizações	(73.349)	(64.988)	(138.337)
Saldo final	3.357.300	242.666	3.599.965

- (a) Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, saíram quatro funcionários, tendo a SPA pago as respectivas indemnizações, registadas na rubrica Custos com pessoal.

17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Estado e outros entes públicos detalha-se como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	823.477	844.664
Contribuições para a Segurança Social	126.737	99.990
Imposto sobre o Valor Acrescentado	576.164	-
	<u>1.526.378</u>	<u>944.654</u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a correcção por parte da Segurança Social, durante um período de cinco anos.

Conforme referido na Nota 9, em 2012 a SPA passou a liquidar IVA nas facturas emitidas aos utilizadores de direitos de autor sempre que os seus titulares sejam pessoas colectivas.

18. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Outras contas a pagar detalha-se como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Acréscimos de gastos	968.405	1.114.193
Direitos a distribuir cobrados por Delegados	364.956	196.374
Fornecedores de investimento	238.218	240.591
Comissões a pagar a Delegados	173.973	48.125
Outros	45.652	23.784
	<u>1.791.204</u>	<u>1.623.067</u>

A rubrica "Acréscimos de gastos" inclui o valor de 830.592 Euros e de 900.933 Euros, em 2012 e 2011, respectivamente, que se refere a remunerações a liquidar ao pessoal.

19. RÉDITO

O rédito reconhecido pela SPA em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, detalha-se como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Comissões sobre direitos autorais (a)	6.256.835	6.274.127
Comissões adicionais (b)	1.051.428	1.050.100
Outros	2.978	3.713
	<u>7.311.241</u>	<u>7.327.940</u>

(a) Este montante corresponde às comissões sobre os direitos autorais cobrados, de acordo com o artigo 52º dos estatutos da SPA.

- (b) Este montante corresponde a um adicional de 10% sobre o valor dos direitos cobrados pelo departamento de delegados e correspondentes, suportado directamente pelos utilizadores de obras protegidas pela SPA.

20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, detalha-se como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Serviços especializados	759.390	743.570
Honorários	396.794	310.076
Materiais	179.258	142.624
Energia e fluidos	159.171	135.238
Deslocações, estadas e transportes	104.155	108.232
Regularização IVA <i>prorata</i> (a)	(300.796)	-
Serviços diversos	496.207	432.413
	<u>1.794.178</u>	<u>1.872.153</u>

- (a) Conforme referido na Nota 9, a SPA registou a regularização do IVA *prorata* a abater aos custos registados de acordo com o *prorata* provisório.

21. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, detalha-se conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Remunerações do pessoal	4.737.296	4.819.096
Remunerações dos órgãos sociais	45.275	38.136
Benefícios pós-emprego	186.116	230.286
Art.º 76º e 77º do Acordo de Empresa (Nota 16)	89.508	17.922
Indemnizações	88.751	-
Encargos sobre remunerações	958.922	966.490
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	29.235	23.450
Gastos de acção social	5.886	4.635
Outros	269.494	268.029
	<u>6.410.484</u>	<u>6.368.045</u>

A rubrica "Remunerações dos órgãos sociais" corresponde às senhas de presença pagas.

A rubrica "Benefícios pós-emprego" refere-se aos pagamentos de complementos de pensões de reforma dos seus empregados reformados. As responsabilidades liquidadas aos empregados da SPA aposentados e pré-reformados, bem como o aumento das responsabilidades com pensões de 26.990 Euros (Nota 16) estão incluídas na rubrica de "Remunerações do pessoal".

Durante os exercícios de 2012 e 2011, o número médio de pessoal ao serviço da SPA foi de 164 e 163 empregados, respectivamente.

22. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A composição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, era conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Rendimentos suplementares (a)	57.591	87.441
Ganhos com alienações de activos fixos tangíveis	-	45.500
Outros (b)	<u>154.893</u>	<u>879.066</u>
	<u>212.484</u>	<u>1.012.007</u>

(a) Nesta rubrica estão registadas as inscrições de beneficiários, que nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 ascenderam a 35.700 Euros e 35.250 Euros, respectivamente, bem como os valores cobrados aos beneficiários pelo registo de obras.

(b) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, foi registado o ganho relativo à actualização das responsabilidades pelos benefícios pós-emprego (Nota 16).

23. OUTROS GASTOS E PERDAS

A composição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, era conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Quotizações	136.190	219.677
Impostos	112.960	193.981
Outros	<u>74.615</u>	<u>1.305</u>
	<u>323.765</u>	<u>414.963</u>

24. GASTOS DE DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES

A composição da rubrica de "Gastos de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, era conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	375.604	432.638
Propriedades de investimento (Nota 7)	23.961	23.961
Activos intangíveis (Nota 8)	<u>214.027</u>	<u>154.003</u>
	<u>613.592</u>	<u>610.602</u>

25. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 respeitam a juros obtidos com aplicações de tesouraria em depósitos bancários.

26. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Os juros e gastos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 referem-se a gastos incorridos com serviços bancários nos montantes de 38.993 Euros e 34.148 Euros, respectivamente, e juros incorridos referente ao Procedimento Extrajudicial de Conciliação, conforme referido na Nota 15, nos montantes de 19.961 Euros e 19.929 Euros, respectivamente.

27. PARTES RELACIONADAS

De acordo com a NCRF 5 – Divulgações de partes relacionadas (“NCRF 5”) é obrigatória a divulgação de informação respeitante a transacções entre a entidade que reporta e indivíduos com poder de voto que lhes dê influência significativa sobre a entidade que relata, indivíduos chave da Administração ou Direcção.

Enquadram-se nesta situação, na SPA:

O Administrador, Sr. João Carlos Branco Lourenço, que também faz parte da Direcção da SPA, é Director do Novo Grupo de Teatro.

A entidade acima referida é utilizador de direitos de autor, ou seja, é facturada pela utilização de direitos de autor geridos pela SPA.

O Sr. João David Nunes, membro efectivo da Direcção da SPA e que também é Assessor de Administração da SPA, através de um contrato de prestação de serviços da sua empresa, Estratégia Alternativa.

28. OUTROS COMPROMISSOS FINANCEIROS

A SPA assumiu o compromisso de conceder aos seus cooperadores com idade superior a 60 anos, que tenham sido admitidos nessa qualidade há mais de cinco anos, uma quantia anual vitalícia equivalente à média dos direitos de autor que lhes tenham sido creditados nos dez melhores anos. Em caso de morte do cooperador, a SPA assegura o pagamento de metade dessa quantia aos seus cônjuges sobreviventes, ou aos que por lei lhe são equiparados. Os estatutos da SPA especificam que a sua Direcção tem competência para fixar com adequabilidade, razoabilidade e proporcionalidade uma comissão anual a deduzir nos direitos que forem anualmente cobrados pela SPA (“comissão para fins assistenciais”), para fazer face a estas responsabilidades.

Na opinião da Direcção, baseada num parecer dos seus consultores jurídicos, datado de 6 de Março de 2003, a responsabilidade anual máxima do benefício assistencial atribuído aos cooperadores da SPA e cônjuges sobreviventes está limitada a 10% dos direitos de execução recebidos em cada exercício, sendo que o direito ao referido benefício não poderá ultrapassar o limite de 10% e poderá ser proporcionalmente reduzido se o valor resultante da aplicação desta percentagem for inferior ao montante do subsídio a pagar. Nestas circunstâncias, a Direcção e os seus consultores jurídicos consideram que o valor daquelas responsabilidades anuais está limitado ao montante das comissões anualmente deduzidas e afectas àqueles compromissos, pelo que entendem que os benefícios atribuídos aos cooperadores e cônjuges sobreviventes assumem uma natureza idêntica à de um plano de contribuição definido, não sendo no seu entendimento necessário registar nas demonstrações financeiras quaisquer responsabilidades pelo referido pagamento.

Os estatutos da SPA (artigo 56º) definem a constituição de uma reserva, movimentada no capital próprio para fazer face aos pagamentos destes compromissos. No exercício de 2012, foram pagas pensões aos cooperadores e cônjuges sobreviventes de 1.894.549 Euros, tendo as reservas estatutárias sido utilizadas no mesmo montante (Nota 14).

29. GARANTIAS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a SPA tinha garantias apresentadas a terceiros, com o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
IGFSS (a)	1.308.529	1.308.529
Outras	14.964	14.964
	<u>1.323.493</u>	<u>1.323.493</u>

- (a) Para fazer face a esta garantia bancária com término em 2018 prestada pelo Millennium BCP, foram constituídos depósitos a prazo obrigatórios, que totalizam 1.505.000 Euros em 2012 e 2011 (Nota 4).

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Shirley ROZAR FERREIRA Alexandre

A DIRECÇÃO

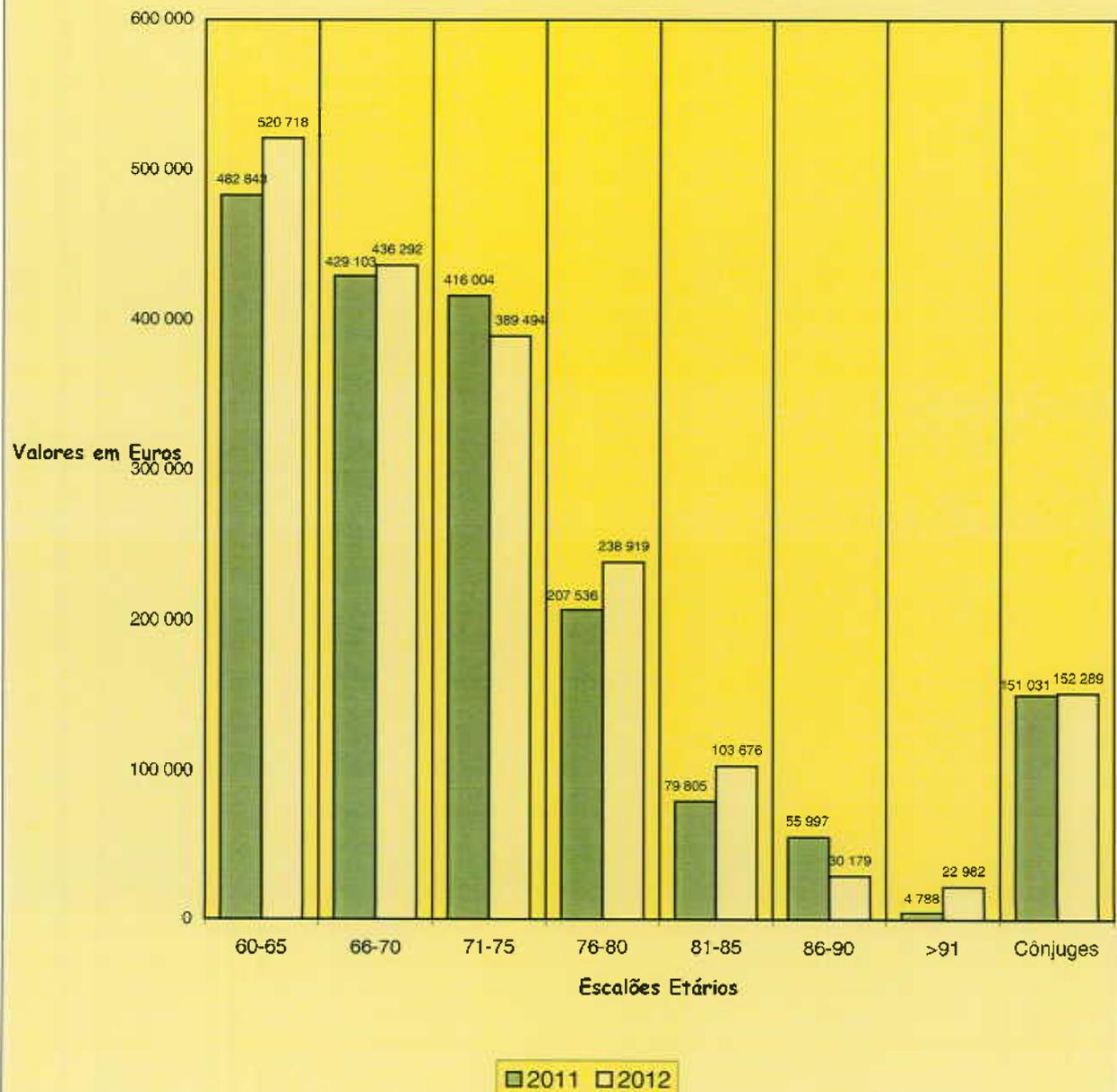


(Valores em Euros)

ENCARGOS ASSISTENCIAIS EM 2012		
Artº 56 - 1 dos Estatutos		
	2011	2012
Direitos creditados a Cooperadores e Cônjuges sobrevivivos	1 827 108	1 894 549
Subsídio de Invalidez Permanente e custos com funerais	11 000	8 000
Seguro de Grupo (Vida, Acidentes Pessoais, Saúde, Exames Clínicos)	27 826	22 909
Total	1 865 934	1 925 458

ACTIVIDADES CULTURAIS E SOCIAIS EM 2012		
	2011	2012
Dia do Autor Português	26 818	9 768
Prémios Literários e de Música	249	0
Manifestações internacionais	3 626	0
Patrocínios Diversos	5 550	15 005
Auditório Carlos Paredes	12 261	20 813
Subsídio de Emergência	7 800	14 200
Gala do Fado	40 395	-
Gala SPA	-	21 474
Outras Despesas(Casa António Gião)	16 194	2 227
Total	112 893	83 486

ASSISTÊNCIA A COOPERADORES

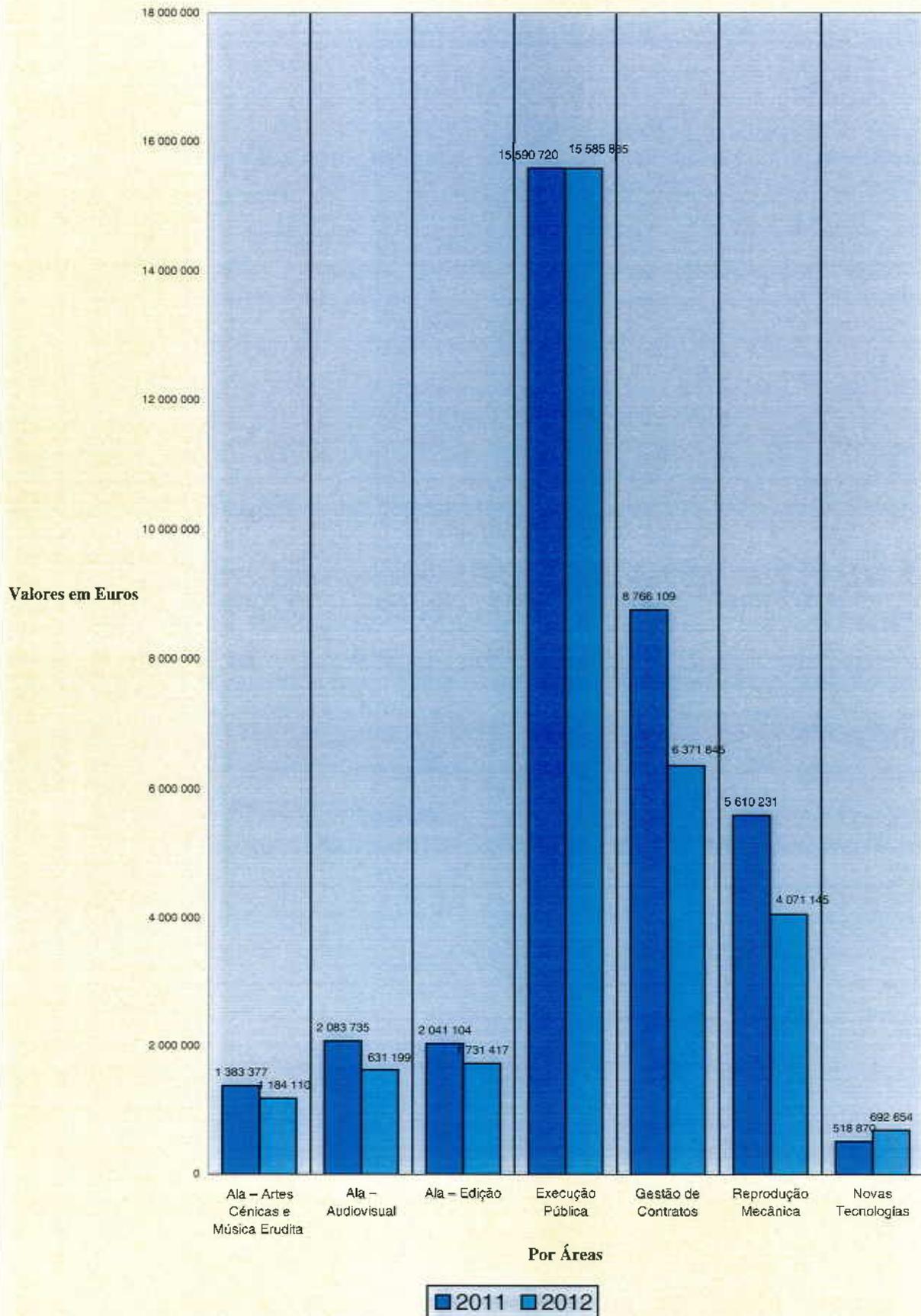


DIREITOS DE AUTOR COBRADOS EM 2012

(Valores em Euros)

<u>ALA – ARTES CÊNICAS E MÚSICA ERUDITA</u>		
Teatros	821 707	
Concertos + Ballet	362 404	1 184 110
<u>ALA – AUDIOVISUAL</u>		
Rádio	99 303	
Televisão	1 009 711	
Cinematografia	24 856	
Publicidade	497 329	1 631 199
<u>ALA – EDIÇÃO</u>		
Literária (incl. Ed. Papel música)	1 433 334	
Artes Plásticas	122 841	
Fotografia	114 350	
Software	60 892	1 731 417
<u>EXECUÇÃO PÚBLICA</u>		
Geral	13 245 067	
Televisão	53 187	
TV Cabo - Comunicação Pública	1 988 400	
TV Satélite - Comunicação Pública	190 837	
Videogramas	101 106	
Exibição Cinematográfica	7 288	15 585 885
<u>GESTÃO DE CONTRATOS</u>		
Televisão - Avença	2 202 972	
Rádio Nacional - Avença	1 281 107	
Rádio Local - Avença	185 499	
TV Cabo - Direitos Conexos	33 474	
TV Cabo - Direitos Autorais	2 668 793	6 371 845
<u>REPRODUÇÃO MECÂNICA</u>		
Fonogramas e Videogramas	4 071 145	
Cópia privada /Nacional	0	4 071 145
<u>NOVAS TECNOLOGIAS</u>		
Internet/Toques Tel.	692 654	692 654
TOTAL		31 268 255

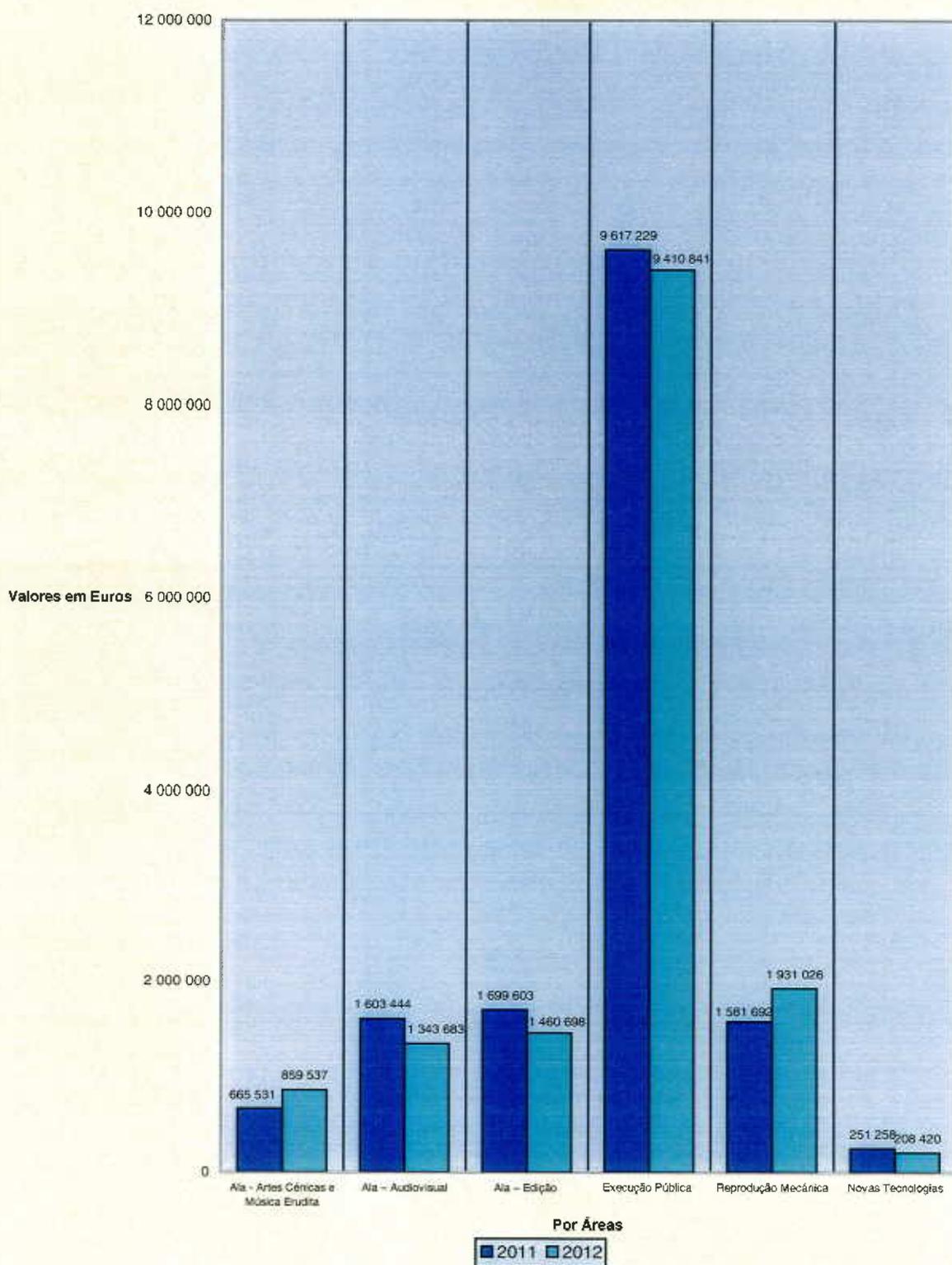
DIREITOS DE AUTOR COBRADOS



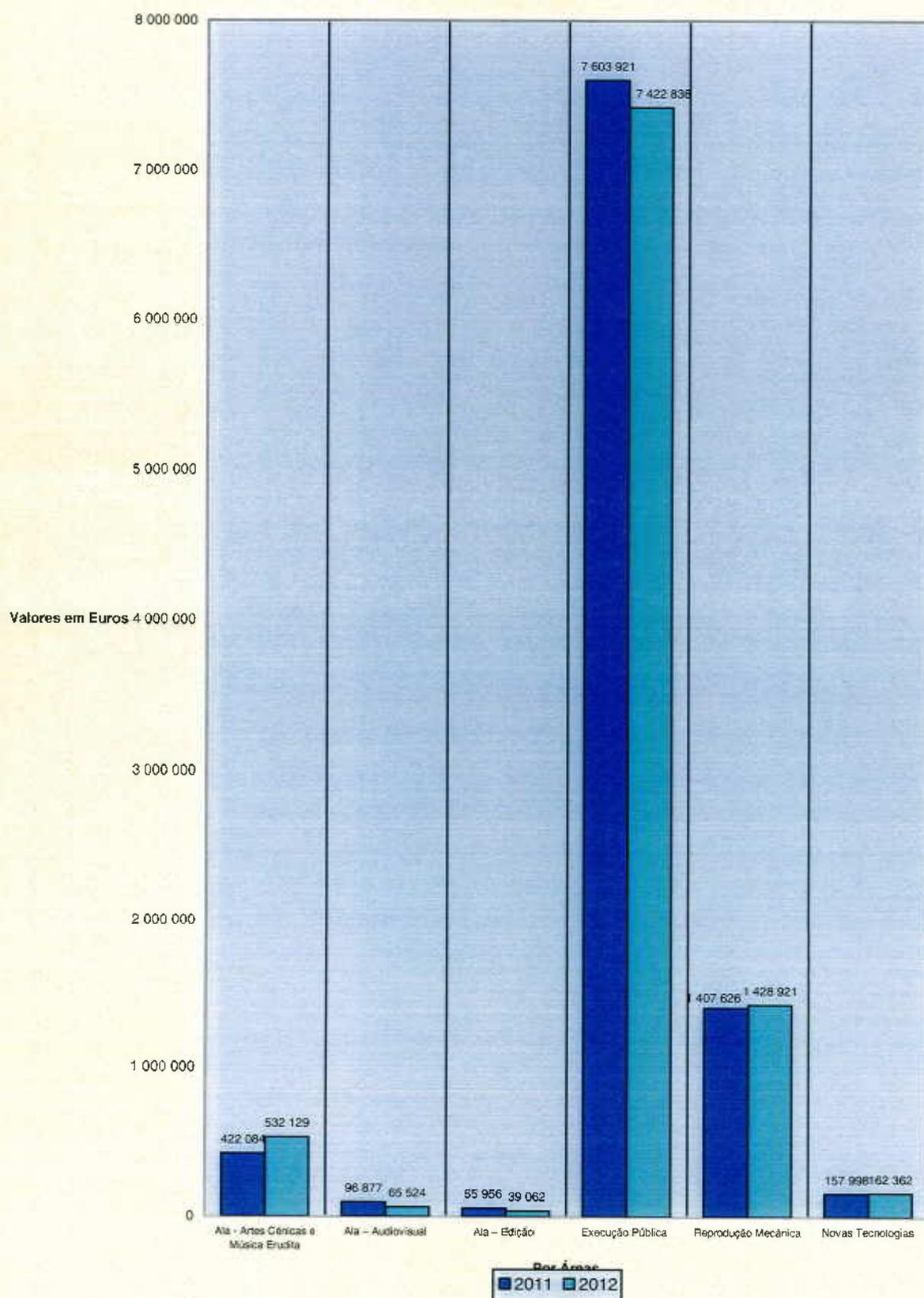
DIREITOS DE AUTOR DISTRIBUÍDOS EM 2012

	A NACIONAIS	A SOCIEDADES ESTRANGEIRAS	TOTAL
<u>ALA – ARTES CÊNICAS E MÚSICA ERUDITA</u>			
Teatros	485 029	180 431	
Concertos Sinfônicos e Ballet	374 509	351 698	
Soma	859 537	532 129	1 391 666
<u>ALA – AUDIOVISUAL</u>			
Cinematografia	16 358	10 802	
Rádio e T.V.	895 546	21 633	
Publicidade	431 779	33 090	
Soma	1 343 683	65 524	1 409 207
<u>ALA – EDIÇÃO</u>			
Literária, Gráfica, Artes Plast, Fotografia	1 460 698	39 062	
Soma	1 460 698	39 062	1 499 759
<u>EXECUÇÃO PÚBLICA</u>			
Geral	4 940 111	3 489 457	
Rádio e T.V.	4 470 730	3 933 381	
TV Cabo / Direitos Conexos			
Soma	9 410 841	7 422 838	16 833 679
<u>REPRODUÇÃO MECÂNICA</u>			
Geral	1 602 023	1 093 473	
Cópia Privada	329 004	335 447	
Soma	1 931 026	1 428 921	3 359 947
<u>NOVAS TECNOLOGIAS</u>			
Internet/T. Tel	208 420	162 362	
Soma	208 420	162 362	370 782
TOTAL	15 214 205	9 650 836	24 865 041

DIREITOS DISTRIBUÍDOS A NACIONAIS



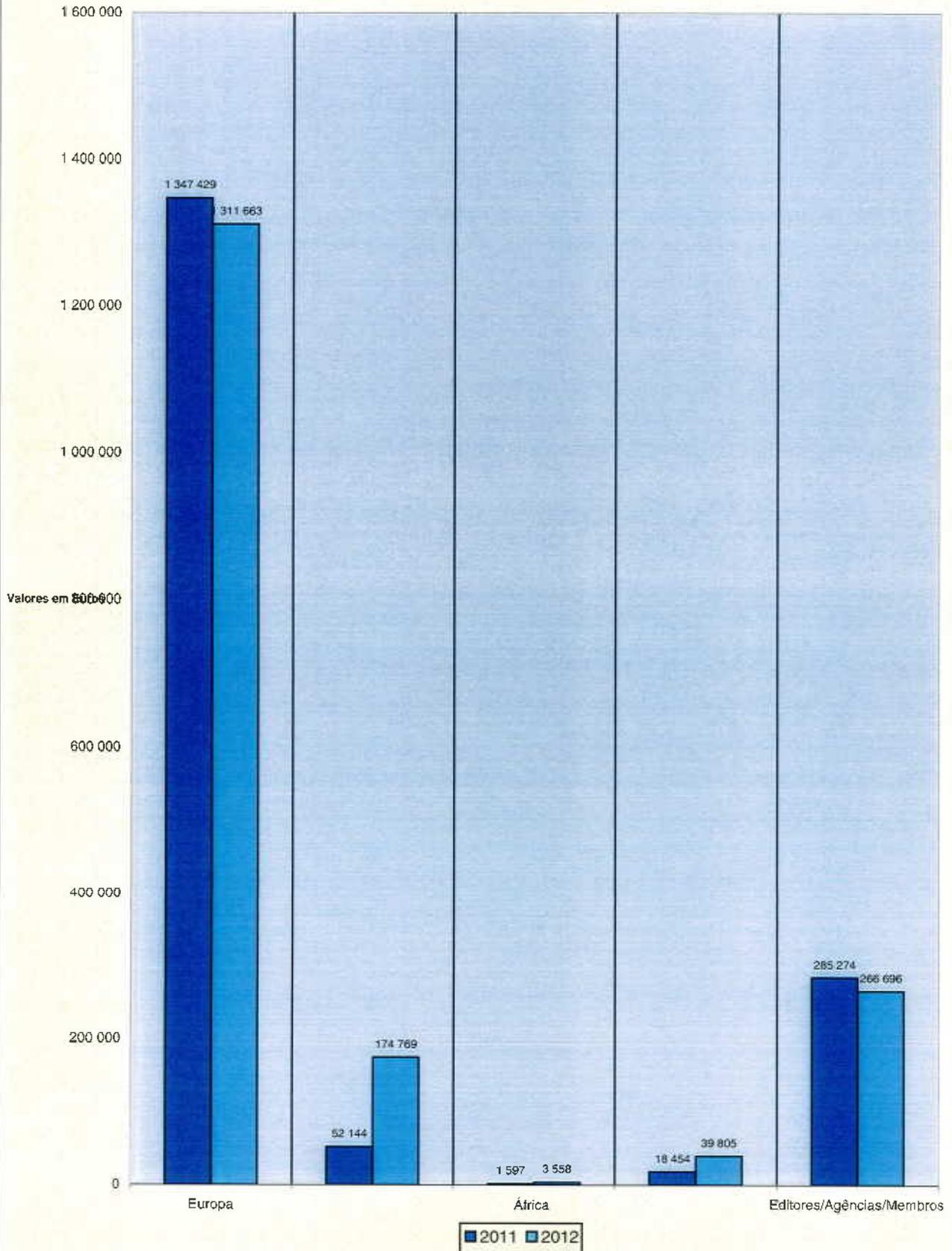
DIREITOS DISTRIBUÍDOS A ESTRANGEIROS



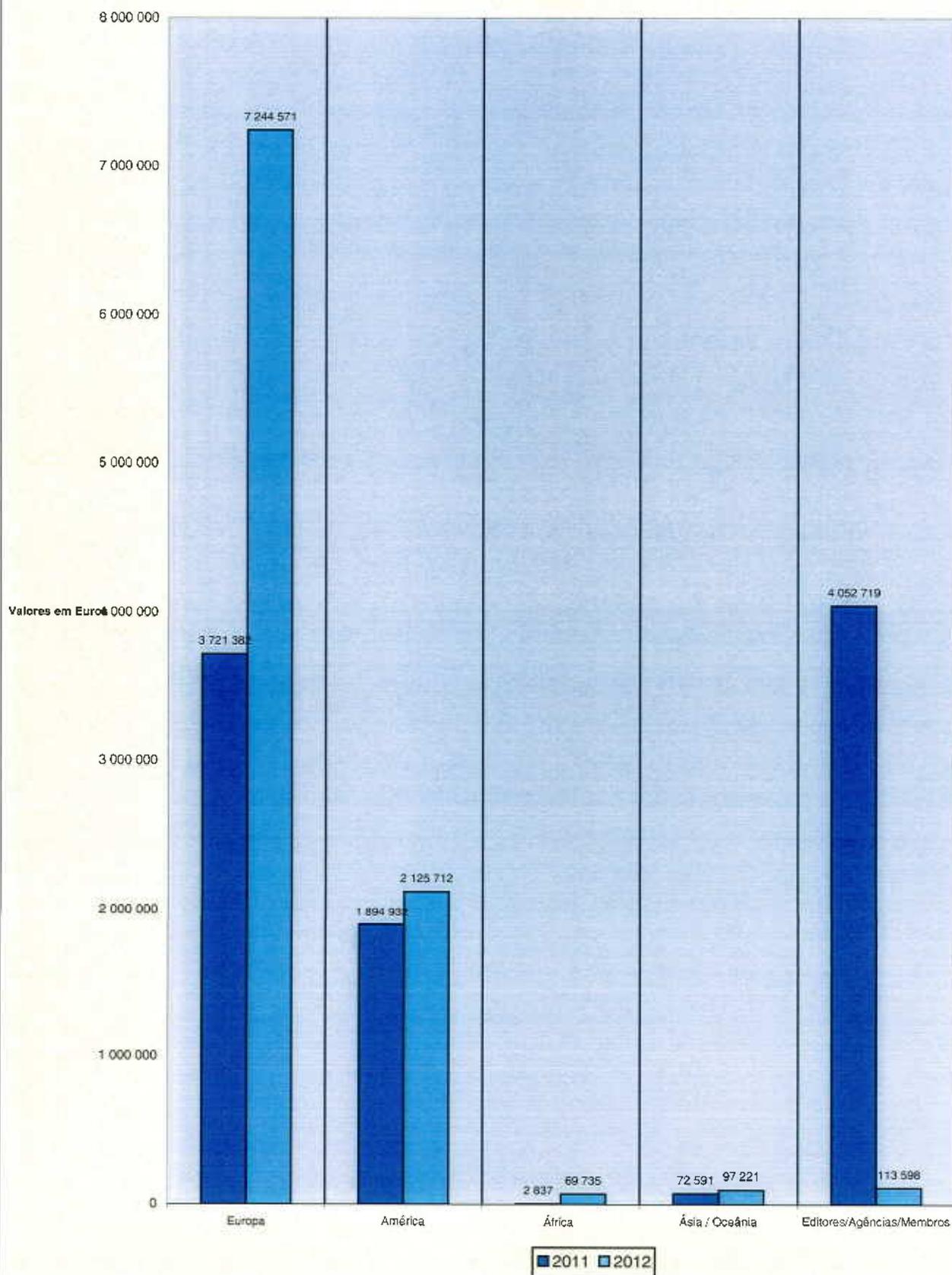
MOVIMENTO DE SOCIEDADES ESTRANGEIRAS EM 2012

	DIREITOS RECEBIDOS	DIREITOS DISTRIBUIDOS
EUROPA		
ALEMANHA (GEMA, BILD-KUNST)	62 239	218 241
ÁUSTRIA (AKM, AUSTRO-MECHANA, VBK)	23 220	21 204
BÉLGICA (SABAM)	21 316	45 014
DINAMARCA (KODA, COPY DAN, NCB)	8 532	48 196
ESPAÑA (SGAE, VEGAP)	148 826	4 522 172
FINLÂNDIA (TEOSTO)	10 975	6 405
FRANÇA (SACD, SACEM, SCAM, SDRM, ADAGP)	512 084	591 530
HOLANDA (BUMA, STEMRA)	79 254	163 867
INGLATERRA (PRS, MCPS, MRS, ALCS)	248 573	1 295 242
ITÁLIA (SIAE)	16 340	133 073
SUÉCIA (BUS, STIM)	8 865	68 085
SUIÇA (SUISA, SSA)	120 991	48 545
OUTROS PAÍSES	50 446	82 997
	1 311 663	7 244 571
AMÉRICA		
ARGENTINA (SADAIC)	3 006	40 369
BRASIL (ABRAMUS, ADDAF, AMAR, SADEMBRA, SBACEM, SBAT, SICAM,	60 839	267 303
CANADÁ (SOCAN, SODRAC)	21 120	106 714
ESTADOS UNIDOS (ASCAP, AMRA, BMI, H.FOX, SESAC, VAGA)	25 197	1 694 945
MÉXICO (SACM)	180	12 152
VENEZUELA (SACVEN)	0	1 090
OUTROS PAÍSES	64 427	3 139
	174 769	2 125 712
ÁFRICA		
ÁFRICA DO SUL (SAMRO, SARRAL)	3 558	8 456
OUTROS PAÍSES	0	61 279
	3 558	69 735
ÁSIA/OCEANIA		
AUSTRÁLIA (APRA, AMCOS)	17 523	86 600
JAPÃO (JASRAC)	12 395	5 325
OUTROS PAÍSES	9 887	5 296
	39 805	97 221
EDITORES / AGÊNCIAS / MEMBROS	266 696	113 598
TOTAIS	1 796 491	9 650 836

DIREITOS DE AUTOR RECEBIDOS



DIREITOS DE AUTOR DISTRIBUÍDOS



RELATÓRIO DE AUDITORIA
E
PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Sociedade Portuguesa de Autores, C.R.L. ("SPA"), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2012, que evidencia um total de activo de 55.690.597 Euros e capital próprio negativo de 9.508.370 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 493.909 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da SPA, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos 4 a 6, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

4. Em consequência dos procedimentos e práticas contabilísticas adoptados pela SPA em exercícios anteriores, subsiste, em 31 de Dezembro de 2012, um conjunto de saldos relativamente aos quais, face à complexidade e natureza das situações e insuficiência da informação, não nos é possível averiguar a sua razoabilidade e quantificar qual o efeito de eventuais regularizações nas presentes demonstrações financeiras dada a sua antiguidade, nomeadamente:
 - (i) As rubricas de Clientes, conta-corrente e Clientes, facturas em conferência (Nota 10) incluem saldos em aberto com elevada antiguidade nos montantes de, aproximadamente, 3.501.000 Euros e 4.373.000 Euros, respectivamente, dos quais alguns se encontram em contencioso e não apresentam movimentos contabilísticos nos últimos exercícios;

- (ii) A rubrica de Fornecedores, conta-corrente (Nota 11) inclui saldos no montante de, aproximadamente, 29.283.000 Euros, referentes a direitos a distribuir, dos quais, aproximadamente, 5.610.000 Euros respeitam a anos de 2006 a 2009 e para os quais não obtivemos um detalhe por entidade beneficiária;
 - (iii) A rubrica de Adiantamentos a fornecedores (Nota 11) inclui um montante de, aproximadamente, 351.000 Euros referente a pagamentos efectuados em exercícios anteriores a autores que, actualmente, não têm relações com a SPA ou que não tiveram movimentos contabilísticos no exercício.
5. Durante o exercício de 2010, a Direcção da SPA anulou por contrapartida da rubrica de Resultados transitados, no capital próprio, uma responsabilidade contabilizada em exercícios anteriores (até 2003 inclusive) relativa a direitos a distribuir, no montante aproximado de 2.470.000 Euros, alegadamente por não conseguir determinar, com razoável certeza, as entidades beneficiárias. Nas presentes circunstâncias, pela falta de informação disponível, continua a não ser possível confirmar se, no futuro, poderão subsistir responsabilidades que venham a ser reclamadas.
6. Em 31 de Dezembro de 2012, o activo fixo tangível da SPA inclui o valor da sua biblioteca no montante de 275.000 Euros, o qual não se encontra a ser depreciado. Não obtivemos informações sobre o método de avaliação considerado na sua valorização, bem como o correspondente detalhe da avaliação por obra. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto à razoabilidade daquele montante.
7. Conforme referido nas Notas 3.11, 14 e 28, a SPA mantém uma reserva estatutária, no montante de 1.846.859 Euros, fundamentalmente consignada a assegurar aos cooperadores com idade superior a sessenta anos que tenham sido admitidos nesta qualidade há mais de cinco anos e o requeiram à Direcção uma remuneração futura baseada nos valores dos direitos creditados embora sujeita à existência de verbas para o efeito. De acordo com os actuais normativos contabilísticos em vigor, dado que esta Reserva configura objectivamente uma responsabilidade para com os seus cooperadores a ser quantificada por cálculo actuarial, o montante total deveria estar relevado no passivo.

Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 4 a 6 e com excepção dos efeitos do assunto mencionado no parágrafo 7, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Sociedade Portuguesa de Autores, C.R.L. em 31 de Dezembro de 2012, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

9. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, apesar de, em 31 de Dezembro de 2012, e não tendo em consideração o eventual efeito dos assuntos descritos nos parágrafos 4 a 7, o capital próprio da SPA ser negativo em 9.508.370 Euros e o passivo de curto prazo ser superior ao activo corrente. Em consequência, a continuidade das operações da SPA, a realização dos seus activos e a liquidação dos seus passivos, dependem (i) das medidas de saneamento financeiro a ser tomadas; e (ii) do sucesso futuro das suas operações.
10. Conforme referido nas Notas 3.9 e 5, a SPA alterou em 2012 a política contabilística de reconhecimento do rédito proveniente das comissões de direitos de autor cobrados junto dos operadores de televisão, de serviços de televisão por subscrição e de rádio, tendo, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro n.º 4, efectuado a reexpressão das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2011, apresentadas para efeitos comparativos.

Lisboa, 11 de Março de 2013



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Manuel Maria Reis Boto

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

**Aos Sócios da
Sociedade Portuguesa de Autores C.R.L.
Avenida Duque de Loulé, 31
1069-153 LISBOA**

Nos termos da alínea c) do Artº 48 dos Estatutos da Sociedade Portuguesa de Autores (“SPA”), e em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Sociedade Portuguesa de Autores C.R.L. (“SPA” ou “Sociedade”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, os quais são da responsabilidade da Direcção.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da SPA, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido da Direcção e dos diversos serviços as informações e os esclarecimentos solicitados.

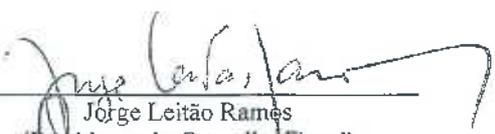
No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2012, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório da Direcção e da proposta nele incluída.

Apreciámos igualmente o Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras de 2012 apresentado pela Deloitte e Associados, SROC S.A., datado de 11 de Março de 2013, no qual fazemos fé.

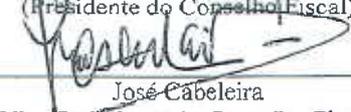
Foi o Conselho Fiscal informado e nisso confia e insiste, que estão a ser cumpridas todas as exigências legais no que confere a pagamentos ao Estado e demais Instituições, bem como, nos contratos efectuados pela Sociedade.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal entende que após serem devidamente ponderados os temas referenciados no Relatório de Auditoria em anexo, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Direcção, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Sócios.

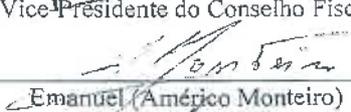
Lisboa, 11 de Março de 2013



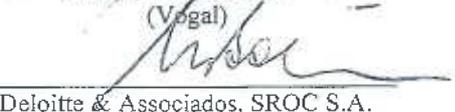
Jorge Leitão Ramos
(Presidente do Conselho Fiscal)



José Cabeleira
(Vice-Presidente do Conselho Fiscal)



Emanuel (Américo Monteiro)
(Vogal)



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Manuel Maria Reis Boto